

Comunicação

O uso das redes sociais em benefício das instituições sociais

Especial

Cuidados Paliativos melhoram qualidade de vida de crianças

Ponto de Vista

Maria da Penha fala sobre a violência contra a mulher e a legislação brasileira

Brasil – Edição 49 – Nov./Dez. – 2010



Terceiro Setor e mercado de trabalho

Área social torna-se opção de carreira e já tem salários competitivos com a iniciativa privada



Trabalho em projeto de reflexão sobre a sociedade e atuação em prol dos direitos humanos norteiam o envolvimento da atriz em ações sociais

Entrevista
Camila Pitanga



A gestão contábil de sua organização levada a sério

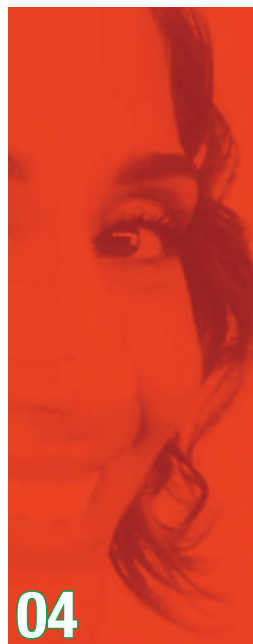
SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Sumário



04

Entrevista

Camila Pitanga

Membro do conselho consultivo do projeto Por que a gente é assim, atriz fala da situação social do país e de suas iniciativas na área



18

Comunicação

Redes sociais

ONGs podem utilizar as redes sociais e a internet como um todo para divulgar suas ações e integrar pessoas



36

Capa

Terceiro Setor e mercado de trabalho

Com amplo desenvolvimento das instituições, Terceiro Setor torna-se opção de carreira para quem está começando e até para quem já tem uma vida profissional constituída e sólida



44

Especial

Cuidados Paliativos

Técnica de cuidar melhora qualidade de vida de crianças que passam por situações diversas de vulnerabilidade

Acontece	08	Sustentabilidade	48
Ponto de Vista	14	Responsabilidade Social	52
Captação de Recursos	16	Case Empresarial	54
Contabilidade	22	DataFilantropia	56
Voluntariado	26	Serviços	58
Administração	28	Geração de Renda	62
Legislação	30	Reflexão	64



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308
CEP 02013-002
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Coordenação de Gestão Social
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Gestão Social
Ana Luisa Moraes do Nascimento
Juliana Fernandes
Maurício Dias Lopes
Rogério Ramos Costa
Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Martins
Comercial
Hilton Rocha da Justa
Ricardo Peternella de Souza
Atendimento
William Pires
Raquel Siqueira Gomes
Colaboradores
Luciano Guimarães
Paula Craveiro

Coordenação de Arte
Rafael Tadeu Sarto
Assistente de Arte
Cristiane Gonçalves Cabral
Diagramação
Daniela Veronica Lima
Janaina Beltrame dos Santos
Rafaela Moraes Sueitt
Ruben Moreira da Silva
Thaline Aguiar Turchiari
Vinicius Pinheiro Mendes
Controle Editorial
Karina Watanabe
Coordenação de Revisão
Viviane Rodrigues
Revisão
Ana Maria Tomasevicus
Melina Marin de Castro
Thamara Chrystina de Andrade

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasoli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anisia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Lívio Giosa
Marcelo Estraviz
Miliú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Editorial

Estamos todos no mesmo barco!

Para quem me conhece, sabe que sou corinthiano, sofredor e fanático.

Quando o Corinthians ou a Seleção Brasileira troca de técnico, nem sempre fico satisfeito com a escolha. Olho sempre suas experiências anteriores e, em geral, me apoio mais em suas derrotas do que nos títulos conquistados a fim de justificar tal insatisfação. No entanto, não deixo de vestir a camisa alvinegra, ir ao estádio dar força ao time, torcer e empurrar a equipe e, em momento nenhum, torcerei para que esse novo técnico tropece – muito pelo contrário: espero que ele tenha o melhor momento profissional da carreira, pois quem vai ganhar com isso sou eu, torcedor.

Contrário a essa minha prática de fiel torcedor, percebo que existe um movimento dos eleitores que não votaram em Dilma Rousseff de “torcer contra”, de “catimbar” a nova presidente. No seu primeiro tropeço, vão vibrar e dizer: “Estão vendo? Eu disse...”

Eu confesso que Dilma não era minha opção de governante master para meu país. Aliás, se eu pudesse escolher, minhas preferências nem no pleito estavam. Mas, convenhamos: o processo eleitoral foi limpo e justo. A democracia exercida. Mais ou menos preparado, o novo presidente foi eleito pela voz do povo.

Então, se não estamos “operando a máquina”, resta-nos nossa condição de torcedor: continuar vestindo a camisa, frequentando os estádios – lê-se: fiscalizar as ações do Governo – e, mais que isso, torcer para que Dilma tenha os quatro anos mais iluminados da vida dela, promovendo o crescimento do Brasil de forma sustentável e responsável. Gostando ou não, ela será a representante de 185 milhões de pessoas que estão no mesmo barco e suas ações ao leme da embarcação nos atingirão de forma direta e irrestrita.

O naufrágio está fora de cogitação. O Brasil é maior que isso, nosso povo é mais forte do que era 16 anos atrás. A atuação de FHC e Lula colocaram o país em um patamar que não tem mais volta.

Porém, o caminho à frente ainda será uma longa e tortuosa subida, como é o crescimento de qualquer instituição – seja de um projeto social de bairro ou de um país de proporções continentais. Resta-nos, então, torcer para que Dilma Rousseff e sua equipe tenham combustível suficiente para fazer dessa subida um aprazível passeio, em marcha veloz e constante.

E que, em 2014, possamos ter uma festa linda, torcendo e comemorando a Copa do Mundo no Brasil com muito mais motivos para aplaudir do que somente a seleção canarinho.

Parabéns à Dilma Rousseff, nossa nova presidente. Parabéns ao Lula que, com mais de 85% de aprovação popular, faz sua sucessora e sai do Planalto Central como um dos maiores presidentes que o Brasil já teve.

E vamos remar, pois a maré não será fácil. Se houver gente remando contra, dificultará ainda mais nossa viagem.

Marcio Zeppelini

marcio@zeppelini.com.br



Sérgio Cedraz

Primeiro lugar da categoria amadora do Concurso de Fotografias da SOS Mata Atlântica. Autoria de Sérgio Cedraz, de Camaçari/BA



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais



www.revistafilantropia.com.br



Só nos sentimos completos quando
completamos a vida de quem tem fome.

Médicos Sem Fronteiras é uma organização médico-humanitária independente que leva ajuda a pessoas onde quer que estejam e torna públicas as situações que presencia em campo. Veja o dia a dia desses profissionais na exposição "Experiências de vida - Olhares sobre a atuação de Médicos Sem Fronteiras" que percorrerá o país e conheça a história desses brasileiros que diariamente completam a história de milhares de pessoas.

A fome marca a história da humanidade. Médicos Sem Fronteiras marca a história das pessoas.

EXPERIÊNCIAS DE VIDA

OLHARES SOBRE A ATUAÇÃO
DE MÉDICOS SEM FRONTEIRAS

CONHEÇA A EXPOSIÇÃO VIRTUAL
E SE PROGRAME PARA VISITAR A
EXPOSIÇÃO ITINERANTE.

WWW.EXPERIENCIASDEVIDA.ORG.BR

APOIO:



Estação



filantropia
gestão social

aw
comunicação

REALIZAÇÃO:



www.msf.org.br



CAMILA

Protagonismo social

Com atuação em projeto sobre os valores da sociedade, Camila Pitanga fala sobre a importância do engajamento social

Por Juliana Fernandes

Camila Pitanga iniciou sua carreira artística aos seis anos de idade. Sua estreia na televisão aconteceu em 1993, na minissérie *Sex Appeal*. Desde então, a atriz já atuou em oito novelas, nove peças e 14 filmes. Além de sua carreira profissional, Camila se dedica a iniciativas sociais. Em entrevista à **Revista Filantropia**, ela conta que sua grande inspiração foi seu pai, o também ator Antonio Pitanga. “Tenho em comum com ele o desejo de viver numa sociedade próspera, feliz, com igualdade de escolha, independentemente de origem social”.

Atualmente, a atriz é membro do conselho consultivo do projeto *Por que a gente é assim*, uma iniciativa transmídia (informação divulgada em diversos meios de comunicação) que estimula a reflexão coletiva sobre seis temas relacionados ao cotidiano dos brasileiros: sexo, fé, autoridade, consumo, preconceito e educação. Segundo Pitanga, “não adianta ficar só na crítica pela crítica. Mais do que se indignar, temos de atuar para fazer diferente”.

O projeto conta ainda com a participação da coordenadora do núcleo audiovisual do Nós do Morro, Luciana Bezerra; a antropóloga Regina Novaes; o cientista social Alberto Carlos de Almeida; o urbanista Mozart Vitor Serra; além do sociólogo e coordenador do Observatório das Favelas, Jailson de Souza. Confira a entrevista completa em que Camila Pitanga avalia a importância dos movimentos sociais no Brasil e a participação da mídia nessas ações.

PITANGA

Revista Filantropia: Atualmente, você integra a equipe responsável pelo Conselho Consultivo do projeto 'Por que a gente é assim'. Conte um pouco sobre a iniciativa e sua atuação como conselheira.

Camila Pitanga: Me interessou a possibilidade de trocar ideias e de exercitar meu papel de cidadã. Acho a pergunta “Por que a gente é assim?” bem pertinente para se fazer nos dias de hoje. Acho que minha atuação contribuiu muito mais por fazer perguntas do que formular respostas. Como atriz, prescindindo da minha sensibilidade para observar e escolher como desenvolver meus personagens e histórias que represento. Isso não é diferente do que exerço como cidadã e como conselheira do projeto. Pude exercitar minha escuta e sensibilidade para mediar determinadas questões.

RF: Como surgiu o convite para o projeto e o que te motivou a aderir à causa?

CP: A Tati Rosa (uma das idealizadoras do projeto) me fez o convite. Ao me mostrar do que se tratava o projeto, senti que seria um espaço de aprendizado fantástico. São raras as situações em que é possível conversar com gente tão preparada e pertinente sobre o nosso país, nossa cultura e nosso desejo de mudança. O que me motivou foi o desejo de viver num país mais justo, onde todos possam sonhar e escolher a realidade em que querem viver.

RF: O projeto se propõe a discutir os valores praticados no Brasil. Em sua opinião, qual a importância de estimular a reflexão coletiva sobre temas tão importantes que norteiam o nosso cotidiano?

CP: Detestamos a violência, a corrupção, a falta de educação... Detestamos muitas coisas que são cada vez mais onipresentes no nosso cotidiano. Aí, nos indignamos, só que, se deixar, ficamos ‘emburrecidos’ com uma indignação passiva e perversa. Não adianta ficar só na crítica pela crítica. Uma reflexão coletiva tende a ter diversos pontos de vista, e isso enriquece, abre caminhos, mesmo que não haja uma resposta unívoca. A política deveria ser o exercício disso, representantes de vários segmentos sociais escolhendo um caminho comum. Acho que as escolas deveriam desde cedo estimular conversas e fóruns de debates para que isso fosse uma prática, não uma exceção. Pois, mais do que nos indignar, temos de escolher, atuar para fazer diferente.

RF: Um dos 'slogans' do projeto é “Duas cabeças pensam melhor que uma; três, melhor que duas, e


sucessivamente”. Você acredita que a população, de uma forma geral, está consciente de seu papel na sociedade?

CP: Se me perguntasse há alguns dias eu diria categoricamente que não. Suponho que a ditadura tenha anes-tesiado o ímpeto de lutar pelo que se acredita. Desde então, acho que marcou um medo e uma inibição muito grande de pensar as coisas. Mas acho que atualmente as pessoas têm se organizado mais.

RF: Além do projeto 'Por que a gente é assim?', você também atua como madrinha do 'Bicicloteca', realizada pela Central Única das Favelas (Cufa). Como você avalia a participação dos movimentos sociais no Brasil, principalmente os que se dedicam a promover a cultura e a educação?

CP: É fundamental se mobilizar, não esperar pelo governo para conquistar cidadania e cultura.

RF: Em sua opinião, qual é a importância de pessoas que têm visibilidade na mídia se engajarem em projetos sociais?

CP: Acho que a visibilidade que tenho como artista pode servir projetando movimentos e pessoas que não teriam o mesmo foco. São muitos homens e mulheres que, por vezes, arriscam suas próprias vidas em prol de uma causa. Posso citar vários exemplos, Dinael Cardoso é um deles. Dinael é um representante indígena e uma das lideranças do Movimento em Defesa da Vida e da Cultura do Rio Arapiuns. Um movimento que surgiu um ano atrás, quando uma mobilização dos comunitários fechou o rio e impediu a passagem de balsas carregando toras de madeiras. Ele tem sido alvo de ameaças de morte! Isso não aparece em lugar nenhum! Faço parte de uma ONG – o Movimento Humanos Direitos (MHuD), que nasceu exatamente do desejo de artistas que têm visibilidade na mídia de se engajarem em projetos sociais, melhor dizendo, de oferecer seu foco para entidades ou pessoas que defendam direitos humanos. Falei do Arapiuns, para que não fiquem no escuro. Fazem parte do MHuD: Letícia Sabatella, Beth Mendes, Wagner Moura, Dira Paes, Marcos Winter e Osmar Prado. Meu pai, que é ator, também é uma grande inspiração. Ele sempre foi um ator-cidadão atuante. Tenho em comum com ele o desejo de viver numa sociedade próspera, feliz, com igualdade de escolha independente de origem social. 

Projeto de Empreendedorismo Comunitário alicerça grupos de geração de renda em Cananéia

O Projeto é realizado pela Associação Rede Cananéia

Foto: André de Oliveira



Comercialização dos produtos dos grupos apoiados

Desde novembro de 2009 a Associação Rede Cananéia (localizada no Vale do Ribeira – extremo litoral sul do Estado de São Paulo) vem desenvolvendo o Projeto “Rede de Empreendedorismo, Conservação e Sustentabilidade de Iniciativas Comunitárias”, que agora se encontra em fase final.

Segundo a sua coordenadora, Juliana Greco Yamaoka, trata-se de um Projeto guarda-chuva de iniciativas locais, que prevê o fomento de atividades de geração de renda, através do aprimoramento, valorização e escoamento de produtos e serviços comunitários, bem como o fortalecimento e autonomia de dez grupos e organizações do terceiro setor que são membros da Rede, sendo eles: Associação das Mulheres de Pescadores do Pontal de Leste, Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Filhos de Cananéia – Grupo de Maculelê, ACARI - Associação da Comunidade Caiçara e Amigos do Ariri, Associação dos Remanescentes de Quilombo Retiro Ex-Colônia Velha – Grupo de Artesãs, CAF – Cananéia Artes e Fibras, Coletivo Educador do Lagamar – Projeto “Plante seu alimento, faça seu remédio!”, Colônia de Pescadores Z-9 “Apolinário de Araújo”, Grupo de Fandango Batido São Gonçalo, SINTRAVALÉ – Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul – Sub-sede Cananéia e Grupo de Comercialização para tais produtos e serviços, sendo que mais de 600 pessoas estão fazendo parte deste processo, sendo que cada organização, ligada ao grande Projeto, criou um sub-projeto de

acordo com suas necessidades e objetivos.

Durante o ano, muitas atividades foram desenvolvidas, buscando atender as necessidades dos grupos envolvidos, para a melhoria de seus produtos e serviços, sendo que o Projeto contou com uma gestão colaborativa, com a estruturação de um Grupo de Trabalho temático, para cuidar, exclusivamente, das atividades relacionadas a questões de geração de renda. Este grupo é composto por representantes dos grupos apoiados e equipe técnica responsável.

Outro ponto importante deste processo é o apoio da ITCP/FGV – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas, que com a finalidade de dar subsídios para o planejamento do investimento e dos resultados esperados está revisando os planos de negócios comunitários de oito grupos apoiados e mais cinco núcleos produtivos familiares.

Para atender as demandas das organizações envolvidas e instrumentalizá-las por meio do conhecimento, três cursos foram desenvolvidos, sendo “Treinamento Fortalecer: Planejamento e Sustentabilidade”, ministrado em oito e nove de dezembro de 2009, em parceria com a AVINA e tendo como conteúdo estratégias e meios de promover a sustentabilidade das organizações; “Princípios da Economia Solidária e Redes Cooperativas”, realizado nos dias 27 e 28 de abril pelo Nesol/USP – Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo, objetivando atender a demanda dos grupos de encontrar outras formas de escoar seus produtos e serviços, valorizando as ações e produções locais e, por fim, “Turismo de Base Comunitária, ministrado em 25 e 26 de maio, em parceria com o Projeto Bagagem e Estação Gaboraba, com a finalidade de criar roteiros dentro das organizações do Projeto, buscando a geração de renda entre as comunidades.

Além disso, dois intercâmbios foram realizados, objetivando a promoção da qualificação profissional para o desenvolvimento de produtos e serviços, através do processo colaborativo. O primeiro deles visitou a Cooperafloresta, na cidade de Barra do Turvo/SP, onde foi possível conhecer SAFs – Sistemas Agroflorestais. O segundo levou os grupos para conhecerem o trabalho da Aliança Empreendedora e de alguns grupos produtivos assessorados por ela, na cidade de Curitiba/PR e região metropolitana.

Buscando a visibilidade dos grupos, foram confeccionadas, colaborativamente, peças de comunicação e divulgação dos produtos e serviços de todos os grupos e, ainda,

REDE de EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO CANANÉIA

da Rede Cananéia, sendo que todo o processo contou com a criação de um plano de comunicação de cada uma das iniciativas, que tiveram a oportunidade de entender o processo de comunicação a partir de suas identidades.

Além disso, com a função de diagnosticar a Rede Cananéia e delinear os seus próximos passos, está em andamento o Planejamento Estratégico da organização, feito de forma colaborativa junto às suas organizações membro.

Vale ressaltar que estes resultados só foram possíveis graças ao esforço da Rede e de seus grupos para mobilizar diversos parceiros de todos os setores da sociedade (poder público, iniciativa privada e terceiro setor). Agradecemos imensamente as horas de trabalho, recursos físicos e financeiros disponibilizados por pessoas e organizações que apoiam esta causa.

Outras informações sobre o Projeto e sobre a Rede Cananéia nos endereços virtuais: www.redecaneia.org.br, www.redecaneia.blogspot.com, redecaneia@yahoo.com.br e pelo fonefax: (13) 3851-1201.

UMA OUTRA ECONOMIA JÁ ACONTECE
E SE CHAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA!



PRODUTOS EM REDE

Os Produtos em Rede refletem o cotidiano caiçara, já que a matéria-prima de suas artes e alimentos é extraída diretamente deste ambiente, de forma a valorizar os recursos locais.

<http://produtosemrede.blogspot.com>
(13) 3851-1201

Realização:



Patrocínio:

PROGRAMA
**PETROBRAS
DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA**



PETROBRAS



Equipamento comprova a autenticidade dos remédios

Anvisa lança selo de segurança para medicamentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou um selo de segurança para confirmar a autenticidade dos medicamentos. O objetivo é minimizar os riscos causados por remédios falsificados, roubados, sem registro ou contrabandeados. De acordo com o diretor presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, a medida “vai garantir ao consumidor um mecanismo seguro para saber, na própria farmácia, se o medicamento é verdadeiro”. O selo que comprova a veracidade do produto será único, sem diferenciação por Estado ou fabricante. Segundo o representante da Anvisa, “a falsificação dessa etiqueta é praticamente impossível”. A medida entrará em vigor em todo o território nacional apenas em janeiro de 2012.

www.anvisa.gov.br



Alberto Beltrame, secretário de Atenção à Saúde, e Thiago Bittencourt, transplantado que participou da campanha em 2007

Campanha para doação de órgãos

O Ministério da Saúde lançou a campanha nacional de doação de órgãos e tecidos, com o *slogan* “Seja um doador de órgãos e só assim serei feliz, bem feliz”. O intuito é incentivar a doação de órgãos e tecidos e conscientizar a população sobre a importância do ato. A iniciativa ainda tem o objetivo de estimular as pessoas a comunicarem sua decisão aos familiares. Por isso, todas as peças trazem a mensagem “Avisar os seus familiares. A vontade é sua. A decisão é deles” e o conceito “Basta uma palavra de solidariedade para salvar toda uma vida”. De acordo com Alberto Beltrame, secretário de Atenção à Saúde, em 24% dos casos a família não autoriza a doação, o que representa um obstáculo para o aumento do número de transplantes realizados no país.

www.doevida.com.br



A ministra Márcia Lopes durante a comemoração em Mauá (SP)

Ministra Márcia Lopes comemora o Dia da Alimentação

Cerca de 600 produtores receberam a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, na solenidade de encerramento da Semana Mundial da Alimentação. Durante o evento, que aconteceu na cidade de Mauá (SP), a ministra destacou a importância da celebração no momento em que o país é reconhecido internacionalmente por suas políticas de combate à fome. Lopes ainda citou os avanços no setor e o processo de construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar. Segundo a representante, “o Brasil está no caminho certo e, hoje, somos reconhecidos no mundo e pela Organização das Nações Unidas como um importante país que deu prioridade ao combate à fome e à pobreza”.

www.mds.gov.br



Presidente Lula durante reunião de coordenação anual do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Decreto regulamenta Fundo Nacional do Clima

O presidente Lula assinou o decreto que regulamenta o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC ou Fundo Clima), o primeiro no mundo a utilizar recursos provenientes do lucro das reservas de petróleo. O projeto deverá apoiar iniciativas voltadas para o combate à desertificação, adaptação às mudanças do clima, ações de educação e capacitação, desenvolvimento de inclusão de tecnologias, formulação de políticas públicas, entre outras atividades. A assinatura aconteceu durante a reunião anual do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Segundo o ministro interino do Meio Ambiente, José Machado, “o Fundo certamente terá papel preponderante para apoiar muitas das ações estratégicas de combate às mudanças do clima”.

www.mma.gov.br



Assinatura do Plano de Trabalho do Fundo Nacional da Cultura



Premiação da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro

Dia Nacional e Mundial do Diabetes

Oitenta monumentos e edifícios do país – como o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro – foram iluminados com a cor azul para marcar o Dia Nacional e Mundial do Diabetes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a International Diabetes Federation, a cor escolhida representa “o céu que une todas as nações e a comunidade internacional de diabetes”. Além desse gesto simbólico, as secretarias estaduais e municipais da Saúde organizaram atividades locais, campanhas educativas e outras ações para lembrar a data. A mobilização é considerada o maior evento social sobre o problema e faz parte do calendário oficial de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU).

 www.diamundialdodiabetes.org.br

ONU reconhece esforço do governo no combate à escravidão

A relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Gulnara Shahinian, enalteceu os programas brasileiros de combate ao trabalho escravo. Segundo a representante, no Brasil há importantes iniciativas de combate à escravidão que servem de exemplo para outros países fora da América Latina. Shahinian também reconheceu o sucesso de sanções civis, como a divulgação da Lista Suja do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que impede, entre outras coisas, o acesso a créditos bancários por empregadores flagrados utilizando mão de obra escrava. As observações da relatora estão em um documento oficial da organização produzido a partir de uma visita ao país entre os dias 17 e 28 de maio de 2010.

 www.mte.gov.br

Plano Nacional de Cultura é aprovado

O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. A iniciativa será o principal mecanismo de promoção das ações de investimento no setor nos próximos dez anos. Entre os objetivos estão o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, étnica e regional brasileira; a proteção e a promoção do patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; a valorização e a difusão das criações artísticas e dos bens culturais; e o estímulo da arte e da cultura no ambiente educacional. “A aprovação do Plano Nacional de Cultura é uma vitória muito grande, porque garante a continuidade das políticas culturais no Brasil”, comemorou o ministro da Cultura, Juca Ferreira.

 www.cultura.gov.br

Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro

No dia 29 de novembro, 20 estudantes de escolas públicas de 12 Estados foram premiados na final da Olimpíada da Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, iniciativa da Fundação Itaú Social e do Ministério da Educação que tem como objetivo estimular o estudo e melhorar as habilidades de leitura e escrita dos estudantes brasileiros. Os alunos e seus professores receberam as medalhas do presidente Lula e concorreram em diferentes categorias, de acordo com a série: poema (5º e 6º anos do ensino fundamental); memórias literárias (7º e 8º anos do ensino fundamental); crônica (9º ano do fundamental e 1º ano do ensino médio); e artigo de opinião (2º e 3º anos do ensino médio). O concurso contou com a participação de 7 milhões de alunos e 239 mil professores.

 <http://olimpiadadelinguaportuguesa.mec.gov.br/>

Brasil fica em 73º em ranking de desenvolvimento social da ONU

O Brasil ocupa a 73ª colocação no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O índice de 0,699, de acordo com o órgão, situa o país entre as nações de alto desenvolvimento humano e supera a média mundial, de 0,624. O estudo teve como base três aspectos considerados essenciais pelo Pnud para o desenvolvimento humano: conhecimento (medido por indicadores de educação), saúde (medida pela longevidade) e padrão de vida digno (medido pela renda). A lista do IDH em 2010 é liderada pela Noruega (0,938), seguida pela Austrália (0,937), Nova Zelândia (0,907) e Estados Unidos (0,902).

 www.pnud.org.br/idh

Sistema Único de Assistência Social terá censo anual

De acordo com o decreto presidencial nº 7.334, o monitoramento e a avaliação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) agora são obrigatórios. O objetivo é coletar informações sobre serviços, programas e projetos de assistência social desenvolvidos nas unidades públicas que atendem indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, ameaça ou violação de direitos. A pesquisa também será realizada em entidades e organizações de assistência social. Todo o trabalho será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e da Secretaria Nacional de Assistência. O censo acontecerá anualmente nos Estados, municípios e no Distrito Federal.

 www.mds.gov.br



Crianças beneficiadas pelo programa Acelera Brasil



Fachada de uma das lojas que receberam a decoração



Emerson Fittipaldi, embaixador da campanha



Jovens atendidos nos programas da Oi Futuro

Itaotec e Instituto Ayrton Senna selam parceria

A Itaotec acaba de fechar uma parceria com o Instituto Ayrton Senna (IAS). Pelo acordo, parte da renda obtida com a venda de computadores no varejo será destinada aos programas educacionais desenvolvidos pelo instituto. Segundo Viviane Senna, presidente do IAS, a parceria irá dinamizar o trabalho e ampliar as oportunidades para o maior número possível de crianças e jovens, “ajudando-os a desenvolverem seus potenciais para que também sejam campeões na escola e na vida”. Com a parceria, a Itaotec também fortalece e complementa a sua atuação na área de responsabilidade social, pela qual já desenvolve diversos projetos de sustentabilidade.

www.senna.org.br

Pão de açúcar realiza Natal Reciclado

Flores, mandalas, anjos e árvores natalinas de garrafas PET decoraram o Natal Reciclado da rede Pão de Açúcar. Os insumos para essa decoração vieram de 110 Estações de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever e de oito cooperativas do Estado de São Paulo. São 184 peças distribuídas em 12 lojas da rede, sendo dez na cidade de São Paulo, uma em Indaiatuba e outra em Campinas. Após o Natal, os enfeites serão recolhidos pelas cooperativas e enviados para reciclagem. De acordo com João Edson Gravata, diretor de operações da empresa, a decoração traz o espírito natalino aliado à consciência ambiental. “Com criatividade e iniciativa é possível deixar o planeta mais sustentável”, acrescenta Gravata.

www.paodeucar.com.br

Braskem realiza campanha de reciclagem

A Braskem, em parceria com a Prefeitura de São Paulo e a Plastivida, realizou a campanha GP de Reciclagem Braskem. A iniciativa mobilizou os cidadãos de São Paulo a fazerem o descarte seletivo dos resíduos plásticos em postos de coletas específicos. Todo o material foi destinado às cooperativas: Corpore Centro, União de Itaquera, Central Tietê, Coperviva Bem e Cooperativa da Capela do Socorro. Pelo gesto de cidadania e de respeito ao meio ambiente, a capital paulista receberá 500 unidades de mobília urbana, como bancos, jardineiras e lixeiras, produzidos a partir do descarte desses materiais. A entrega da mobília acontecerá no dia 25 de janeiro, no aniversário da cidade.

www.braskem.com.br/gpreciclagem

Oi Futuro recebe Prêmio ARede de Inclusão Digital

A Oi Futuro venceu a quarta edição do Prêmio ARede de Inclusão Digital 2010, na categoria Capacitação e Formação. A empresa foi premiada pelo programa Oi Kabum! Escolas de Arte e Tecnologia, que promove a inclusão social de jovens no mercado de trabalho. Para Samara Werner, diretora de Educação do Oi Futuro, “o prêmio é o reconhecimento da importância que o uso da tecnologia na educação tem para o desenvolvimento da capacidade dos jovens”. No Oi Kabum! são desenvolvidos cursos de design gráfico, computação gráfica, vídeo e fotografia. Com unidades em Salvador, Recife, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o projeto já formou de mais de 700 alunos.

www.oifuturo.org.br



A Associação desenvolve ações educativas e de desenvolvimento humano.



Jovens participantes do programa de orientação profissional

Samsung fecha parceria no Amazonas

A Samsung é a mais nova parceira da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). O acordo, que abrange os programas voltados para a Área de Preservação Ambiental do Rio Negro, prevê a construção e a manutenção do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade da reserva. A companhia também realizará o pagamento do Bolsa Floresta para as famílias que vivem nas comunidades ribeirinhas. O objetivo é apoiar a FAS em seus projetos de conservação ambiental e, principalmente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das unidades de conservação no Estado do Amazonas. “Mais que um compromisso de desenvolvimento sustentável, temos aqui uma iniciativa de cidadania corporativa”, afirma Benjamin Sicsú, vice-presidente de novos negócios da Samsung.

www.samsung.com.br

Campanha de combate à fome

A Gran Sapore disponibilizou seus restaurantes para participar da campanha 1Billionhungry (1 bilhão de pessoas com fome), promovida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. A iniciativa teve como objetivo recolher 1 milhão de assinaturas para mobilizar líderes nacionais e internacionais a colocarem o combate à fome, que atualmente atinge 925 milhões de pessoas no planeta, no topo de suas agendas políticas. Para chamar a atenção dos frequentadores, foram disponibilizados painéis, adesivos e cartazes pelos estabelecimentos. Uma versão on-line da petição também foi colocada no site da empresa para atingir um maior número de adesões.

www.1billionhungry.org

Renault do Brasil anuncia criação de instituto

A Renault do Brasil anunciou a criação do Instituto Renault, que engloba as ações socioambientais promovidas pela empresa. A atuação acontece em quatro setores: educação, sustentabilidade ambiental e mobilidade, segurança no trânsito e desenvolvimento social. Para Claire Martin, diretora mundial de responsabilidade social do grupo, a iniciativa “reforça a diretriz de promover o desenvolvimento humano através de projetos socialmente responsáveis”. De acordo com a representante, a estratégia é ir além da produção de automóveis. Por isso, algumas parcerias já vêm sendo desenvolvidas entre a companhia e entidades sociais como, por exemplo, a Associação Borda Viva do Campo (PR).

www.renault.com.br

Alcoa capacita jovens por meio de programa socioeducativo

A Alcoa e a Empresários para o Futuro comemoraram 18 anos de parceria. Durante esse período, as empresas realizaram a formação de 1,9 mil adolescentes por meio do Miniempresa – programa de educação prática em economia e negócios. As aulas acontecem durante 15 semanas e são ministradas por profissionais voluntários nas unidades de São Luís (MA), Poços de Caldas (MG) e no escritório central, em São Paulo. O objetivo da iniciativa é orientar os jovens para a gestão de uma companhia, desde a sua fundação até o balanço operacional. Para Tatiana Souza, o programa representou muito mais que uma capacitação. “A experiência foi tão fascinante que me motivou a continuar estudando e ingressar na área financeira”, conta a ex-aluna.

www.alcoa.com.br

Inauguração de estações de reciclagem

A Coca-Cola Brasil e o Carrefour inauguraram estações de reciclagem em cinco cidades brasileiras. Os locais contemplados foram Ribeirão Preto (SP), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Goiânia (GO) e Manaus (AM). Nos postos de coleta, os consumidores podem depositar as embalagens vazias de plástico, vidro, metal, papel e Tetra Pak para serem destinadas à reciclagem. A iniciativa, além de estimular o engajamento social no processo de coleta seletiva, ainda reforça para o público o valor das embalagens no retorno à cadeia produtiva. Desde setembro de 2010, o projeto entre as duas empresas acontece no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora.

www.institutococacolabrazil.org.br

Motorola promove Dia do Voluntariado

A Motorola promoveu a quinta edição do Global Day of Service, iniciativa que mobiliza funcionários da companhia a participarem de projetos sociais. Em 2010, com o tema “Ecológico e Global”, as ações tiveram o objetivo de promover soluções sustentáveis para a melhoria da educação e do meio ambiente. No Brasil, além de doações de brinquedos e livros para as entidades assistidas pela ONG Amigos do Bem, um grupo de funcionários realizou a pintura da sede da Cooperativa dos Coletores de Material Reciclável de Santo Antônio da Posse (CooperPosse). Em cinco anos, o programa já resultou em mais 166 mil horas dedicadas pelos colaboradores às comunidades de 275 cidades, além de 60 mil árvores plantadas.

www.motorola.com.br



Representantes de organizações sociais se reúnem durante o evento



Organizadores e participantes do 5º Encontro Paulista de Fundações



Representantes das empresas recebem o certificado



Representantes de organizações sociais se reúnem durante o evento

ONG Brasil 2010

Nos dias 25, 26 e 27 de novembro aconteceu em São Paulo o evento ONG Brasil 2010, organizado pela UBM Brazil, com a realização de conteúdo da **Revista Filantropia**. Em sua segunda edição, a iniciativa reuniu 500 instituições expositoras de todo o país, que tiveram a chance de apresentar seus projetos e comercializar produtos de geração de renda. Paralelamente à feira, aconteceram plenárias, debates e minicursos sobre temas relacionados à gestão para o Terceiro Setor. Ao todo, mais de 20 palestrantes falaram sobre comunicação, contabilidade, captação de recursos, fontes de recursos, voluntariado, tecnologia e desenvolvimento durante os três dias de evento.

www.ongbrasil.com.br

5º Encontro Paulista de Fundações

A Associação Paulista de Fundações (APF) realizou, em São Paulo, o 5º Encontro Paulista de Fundações. O evento reuniu dirigentes, gestores e interessados no Terceiro Setor com o objetivo de promover a troca de experiências e a assimilação de práticas bem-sucedidas. A iniciativa ainda destacou o papel da filantropia e das Fundações Comunitárias. Na ocasião, também foi lançado o prêmio Pedro Kassab, que, em 2011, reconhecerá ações nas áreas de educação, saúde, cultura e justiça social. O encontro consolidou a atuação da APF, que se tornou membro internacional do Council on Foundations em 2010, maior organização mundial de fundações, congregando mais de 2 mil instituições americanas e 65 internacionais.

www.apf.org.br

Abrale certifica empresas com o selo Investimos na Vida

A Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) certificou com o selo Investimos na Vida as empresas que contribuíram com o trabalho da entidade na promoção da saúde no país. No total, 73 colaboradores receberam a homenagem no Salão Nobre da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Entre as empresas e parceiras certificadas estão a Novartis Farma, Roche, Pfizer, Instituto de Hematologia e Oncologia da Bahia, Casa Cor e Fundação Itaú Social. Este foi o quarto ano em que a Abrale certificou as organizações que investiram em projetos sociais na área da saúde. Na ocasião, também aconteceu a premiação da terceira edição do Concurso Nacional de Fotografia com o tema Retratos de Amor.

www.abrale.org.br

Carreta da Saúde ganha Prêmio Empreendedor Social

A 6ª edição do Prêmio Empreendedor Social, promovido pela Fundação Schwab, consagrou os principais líderes sociais do Brasil. A cerimônia aconteceu no auditório do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e reuniu cerca de 400 convidados, entre executivos, acadêmicos, jornalistas e profissionais do Terceiro Setor. O vencedor de 2010 foi Roberto Kikawa, médico e mentor do projeto Carreta da Saúde – iniciativa que realiza atendimento e tratamento médico, além de promover cuidados básicos para a prevenção de doenças. No total, cerca de 24 mil pessoas já foram beneficiadas pela ação. Em seu discurso, Kikawa declarou que “se cada um de nós fizermos algo e nos unirmos, poderemos fazer mais”.

www.folha.uol.com.br/folha/empreendedorsocial



Apresentação realizada durante a mostra musical

Projeto Guri completa 15 anos

O Projeto Guri, mantido pela Secretaria de Estado da Cultura e conduzido pela Associação Amigos do Projeto Guri (AAPG), realizou uma mostra musical em comemoração aos 15 anos da iniciativa. O evento reuniu mais de 6 mil crianças e adolescentes em 25 eventos distribuídos por todas as regiões do Estado de São Paulo. De acordo com a diretora executiva da AAPG, Alessandra Costa, a ação evidenciou os diversos perfis culturais dos alunos atendidos pelo projeto. “Apresentamos manifestações que tecem a unidade criativa de cada região – desde o samba de roda até o maracatu, passando pela moda de viola, os grupos de música pop, de percussão e muitos outros”, destaca a representante.

 www.projetoguri.com.br



Dr. Fernando Luís Schüller, secretário de Justiça e Desenvolvimento Social no Painel Cenário Social no Brasil

4º Encontro Gaúcho do Terceiro Setor

A Fundação Semeiar promoveu o 4º Encontro Gaúcho do Terceiro Setor em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. O evento contou com a presença de importantes representantes da área, que debateram temas como Desenvolvimento Comunitário, Captação de Recursos, Cenário Social no Brasil, Criatividade na Comunicação das Organizações e Avaliação de Projetos. Para Helena Thomé, coordenadora executiva da fundação, a iniciativa proporcionou a reflexão sobre várias questões que envolvem esse cenário, principalmente para “aprimorar conhecimentos de gestão, conhecer e trocar experiências e dialogar sobre assuntos que envolvam a formação de uma sociedade mais justa e sustentável”.

 www.fundacaosemeiar.org.br

WWF-Brasil lança movimento pela natureza

O WWF-Brasil lançou o movimento Cuidar da natureza é cuidar da vida. A iniciativa tem como objetivo enfatizar a importância da conservação da biodiversidade, além de alertar sobre as consequências do descuido com o meio ambiente. Na ocasião do lançamento, ainda foi apresentada uma lista com dez áreas prioritárias para a criação de novas unidades de conservação na Amazônia, caatinga, cerrado, mata atlântica e Pantanal. De acordo com Denise Hamú, secretária geral do WWF-Brasil, esse processo de conscientização é mais urgente do que nunca, pois “não é exagero dizer que vivemos uma crise de biodiversidade”. Segundo a representante, é possível reverter essa situação, “por isso a campanha pretende indicar soluções para a sociedade brasileira”.

 www.wwf.org.br

Música nos Hospitais visita o Hospital São Paulo

O Hospital São Paulo foi palco de mais uma apresentação do Programa Música nos Hospitais. Na ocasião, pacientes, funcionários e visitantes se reuniram no saguão do hospital para acompanhar a Orquestra Lumiar, conduzida pelo médico e maestro Samir Rahme. Os pacientes que não podiam se locomover também receberam a visita dos músicos nos leitos. Em sete anos, o programa já esteve em 95 instituições hospitalares, levando concertos gratuitos de música erudita para mais de 20 mil pessoas. No repertório havia músicas desde o estilo barroco e romântico até os grandes clássicos da música contemporânea. A iniciativa aconteceu em parceria com a Sanofi-Aventis e a Associação Paulista de Medicina.

 www.apm.org.br

AACD completa 60 anos

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) celebrou 60 anos de atividades na Sala São Paulo. No evento, estiveram presentes Horácio Lafer Piva, presidente do Conselho da Administração da AACD, e Eduardo de Almeida Carneiro, diretor-presidente voluntário da entidade. A comemoração também contou com a presença de colaboradores que, de alguma forma, contribuíram para a AACD trilhar um caminho de sucesso e ser reconhecida como referência no tratamento ao deficiente físico no Brasil. Diariamente, a associação realiza mais de 5.760 atendimentos em suas nove unidades distribuídas pelo país. O objetivo é promover a prevenção, habilitação e reabilitação de portadores de deficiência física – especialmente de crianças, adolescentes e jovens.

 www.aacd60anos.com.br

Campanha Carinho de Verdade

O Brasil ganhou uma nova estratégia de mobilização para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes: a campanha Carinho de Verdade. A iniciativa é do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), por meio do projeto Vira Vida, que conta com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O objetivo da campanha é ampliar o debate sobre o tema e envolver a iniciativa privada e a sociedade civil na busca de soluções que garantam uma vida protegida da violência sexual. A ação terá como principal instrumento as redes sociais Orkut, Facebook e Twitter.

 www.carinhodeverdade.org.br



Luta pelos direitos das mulheres

Após anos de sofrimento e não-conformismo, Maria da Penha insere a luta contra a violência à mulher na legislação brasileira

Por Thaís Iannarelli

Maria da Penha Maia Fernandes. Esse nome pode parecer o de uma brasileira comum, mas, na verdade, é de alguém que fez história na legislação do país e na luta pelos direitos da mulher. Em 1983, levou um tiro do marido enquanto dormia e, em consequência disso, até hoje vive em uma cadeira de rodas. O marido afirmava que o disparo havia sido feito por um ladrão. Após sair do hospital, Maria da Penha ainda passou por mais sofrimento em casa. O marido tentou assassiná-la novamente; desta vez, por eletrocução.

Em 1984, começou uma longa jornada em busca de justiça e segurança. Somente sete anos depois, seu marido foi condenado a 15 anos de prisão, mas, no ano seguinte, a condenação foi anulada. Um novo julgamento foi realizado em 1996, resultando em uma condenação de dez anos. Porém, ficou preso apenas por dois anos em regime fechado. Assim, o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), juntamente com Maria da Penha, formalizaram a denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Após reformulação feita por um grupo de trabalho interministerial no Brasil, a proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional, mas só foi transformada em projeto de lei em 2005, com o apoio de entidades da sociedade civil. Assim, a lei nº 11.340, conhecida como Maria da Penha, foi sancionada em 7 de agosto de 2006, após dez anos de luta. Sua função é prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Revista Filantropia: *Seu nome ficou conhecido nacionalmente pela luta para combater a violência contra a mulher. Pela sua história, foram muitos anos até a lei ser sancionada. Como você definiria essa trajetória?*

Maria da Penha: Foi uma luta que começou com muita dor e muito sofrimento. Em alguns momentos, me sentia desmotivada pelo descaso da Justiça. Costumo dizer que me senti "órfã do Estado", mas nunca desisti. Jamais imaginei

que minha luta fosse chegar aonde chegou. Mas o mais importante é que hoje temos uma lei, para a qual empresto o meu nome, para proteger as mulheres da violência doméstica e familiar.

RF: Em sua opinião, como a lei mudou a realidade das mulheres brasileiras?

MP: Por todos os lugares que viajo, participando de eventos e proferindo palestras, escuto depoimentos emocionados de mulheres que se autointitulam “salvas pela lei”. Mas muito ainda há por fazer, e temos consciência. Por isso, nosso maior empenho é para que todos os municípios com mais de 60 mil habitantes tenham os equipamentos que atendem a Lei Maria da Penha, como: casa abrigo, Centro de Referência da Mulher, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Delegacia da Mulher. Dessa forma, as mulheres podem se sentir protegidas e amparadas quando decidirem denunciar e romper com o ciclo da violência que, muitas vezes, suportaram por anos.

RF: Ainda existem mulheres que não denunciam quando sofrem agressões. Por que você acha que isso acontece?

MP: Muitos são os motivos que levam uma mulher a não denunciar o seu agressor, como: medo de represálias para si e para seus filhos, medo de não conseguir criar seus filhos sozinha, vergonha por achar que seu casamento fracassou. Mas acho que o motivo mais forte é o fato de que a mulher que sofre violência fica tão fragilizada, sua autoestima fica tão arrasada, que ela não tem nem forças para reagir e, muitas vezes, suporta essa situação por anos e só toma uma atitude quando a violência também está afetando os filhos.

RF: Qual é a sua relação com o Instituto Maria da Penha?

MP: O Instituto Maria da Penha (IMP) é uma organização não-governamental da qual sou a presidente, com propósitos sociais e, principalmente, educativos voltados à proteção

da mulher por meio de três perspectivas: educação; trabalho e geração de renda; e desenvolvimento sustentável. O principal objetivo do IMP é identificar as demandas, contribuir e efetivar ações estratégicas para a consolidação da lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha.

RF: Você acha que as informações sobre como as mulheres podem se defender em casos de agressão são acessíveis a todas as classes da população?

MP: Não. Infelizmente, ainda não são acessíveis. Por isso, o papel dos meios de comunicação é tão importante, pois também podem fazer seu papel social e contribuir para a divulgação da Lei Maria da Penha.


RF: Fale um pouco sobre o lançamento do livro Sobrevivi, Posso contar.

MP: Escrevi o livro Sobrevivi, Posso Contar em 1994, quando meu agressor foi julgado, condenado e saiu do fórum em liberdade por conta de recursos dos advogados de defesa. Portanto, esse livro serviu para mim como desabafo. Nele, contei toda a minha história e mostrei todas as falhas do processo, pois pensei que mesmo que a Justiça não o condenasse, a sociedade o condenaria. Hoje este livro está sendo relançado pela Editora Armazém da Cultura em edição revista e ampliada.

RF: Em sua opinião, qual é o papel das ONGs no enfrentamento à violência familiar?

MP: Monitorar a aplicação da Lei Maria da Penha, pois é extremamente abrangente. O problema está, principalmente, em alguns operadores de Direito que, por terem pensamentos machistas e estarem em uma cultura machista, não a aplicam corretamente.

RF: Que mensagem você gostaria de deixar às mulheres que enfrentam esse tipo de problema?

MP: Gostaria de dizer que uma vida sem violência é possível, e que o silêncio é cúmplice da violência. Quando a violência acaba, a vida recomeça. 

Link 
www.mariadapenha.org.br

CANTO
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Desenvolvimento institucional: muito mais do que trazer recursos



Fabiana Dias

fabianadias@atuacaoosocial.com.br
Jornalista e relações públicas, é sócia da Atuação Social – consultoria de planejamento e desenvolvimento para o Terceiro Setor.

Todos nós ouvimos, de praticamente todas as organizações do Terceiro Setor, um desejo de “captar recursos”. A primeira questão que deve ser feita é: “captar para quê?” Pode parecer uma pergunta sem sentido, porque evidentemente todas as organizações, por sua natureza, precisam de recursos para alcançar seus objetivos. Mas o que incrivelmente acontece em muitas é a falta de certeza sobre a resposta. E sem saber com exatidão para que captar, a chance de conquistar o recurso é pequena, e a chance de manter esse investidor é menor ainda.

O entendimento do “para que captar” vem de um processo lógico: existe uma demanda social que requer uma intervenção para ser sanada. A organização estrutura-se em torno da vontade de intervir naquela realidade e constrói sua capacidade de atuação para gerar transformação. Em seguida, planeja sua intervenção e identifica todos os recursos de que precisa para atuar. Nesse momento, ela constrói um projeto executivo. Então, de posse dessas informações, realiza sua captação de recursos.

Essa compreensão do processo faz toda a diferença, porque, na verdade, os recursos são os meios pelos quais a organização atua. Portanto, esse é um processo de desenvolvimento institucional, e não de captação de recursos em si.

A área de desenvolvimento é a capacidade estratégica da organização de olhar além, de manter contato com o mundo lá fora, de usar criatividade, de desenvolver sua personalidade e de inovar. Identificar, conquistar e manter recursos é um conjunto de tarefas desse processo. A contribuição mais importante é

a de se desenvolver para ser mais efetivo e de cumprir sua missão mais rapidamente, ajudando a mudar os cenários das comunidades em que atua.

Pensando assim, melhor seria se o captador de recursos tivesse sua identidade criada em torno da figura do profissional de desenvolvimento institucional. A captação de recursos, como uma tarefa fundamental do desenvolvimento, está completamente aninhada nos propósitos e nos desejos da organização. Justamente por ser uma atividade complexa, que envolve pesquisa, prospecção, identificação de possíveis doações e receitas, fidelização, exercício de transparência, mediação de relacionamentos e interesses, não deve ser tratada como uma tarefa de “venda de projetos”.

O profissional de desenvolvimento que tem por tarefa captar recursos pode desempenhar uma série de atividades estratégicas que vão muito além da captação. Sua contribuição ao observar o mundo lá fora e alimentar a organização pode ser ainda mais significativa.

Mas estamos falando exatamente de quê? Pensando nisso, segue uma sugestão de outras atividades que enriquecem a tarefa do desenvolvimento:

Benchmarking: pesquisa que identifica boas práticas adotadas por outras organizações e que podem inspirar novidades e aperfeiçoamentos de gestão. Para fazer o *benchmarking* é preciso identificar quais organizações devem ser pesquisadas. Algumas sugestões para isso são: organizações que tenham a mesma atividade, atendam ao mesmo perfil de público, trabalhem na mesma causa ou estejam na mesma


região; organizações grandes e conhecidas e organizações de fora do país (ainda que não sejam da mesma causa/tipo de atendimento). É importante estabelecer os mesmos parâmetros sobre o que observar (por exemplo, como agradecem doações, como fazem eventos) e, em seguida, partir para a pesquisa de fato, que pode ser pela internet, telefonemas, visitas, pesquisas na imprensa e conversas/sondagens com outros profissionais, dependendo do nível de profundidade pretendido.

Pesquisa de possíveis doadores: o objetivo aqui é identificar quem seriam pessoas, empresas, fundações, órgãos do poder público, agências de cooperação ou representações diplomáticas que são potenciais doadores/investidores para a organização (por acreditarem na causa, por terem alguma proximidade com a organização, por fazerem investimento social privado etc.). A chance de sucesso na abordagem de um possível doador é muito maior se a organização tiver clareza do motivo pelo qual ele “combina” com seus projetos. A internet é um excelente instrumento de pesquisa, especialmente os sites que contam com banco de dados sobre investidores, mas a imprensa pode ajudar muito também, noticiando fatos que possam servir como argumento de abordagem. Outra forma muito rica de conseguir formar uma lista de prospecção de possíveis doadores é entrevistar pessoas-chave da organização e sondar outros captadores e a comunidade.

Identificação de públicos e mapa de relações: pensando sob o ponto de vista de estabelecer e fortalecer relacionamentos que contribuam para que a organização desempenhe seu papel com mais efetividade, é muito enriquecedor compreender quais são os públicos interessados na organização e as

expectativas das duas partes. Isso permite planejar ações que deem mais qualidade a tais relações, como planejar visitas pessoais, conhecer o tipo de informação que cada um deseja receber, identificar quem deve ser convidado para os eventos, criar eventos, convidar a participar de decisões etc. Uma forma simples de fazer isso é criar uma planilha com cinco colunas: na primeira, coloca-se cada um dos grupos interessados (comunidade, poder público, famílias, atendidos, voluntários, imprensa, doadores, vizinhança etc.); na segunda, nomes de pessoas identificadas dentro desses grupos; na terceira coluna, coloca-se o interesse que a organização tem em cada público identificado; a quarta coluna é preenchida com o interesse que cada público tem na organização; finalmente, diante da análise dos dados, a quinta é preenchida com um “plano de relacionamento”, ou seja, o que será feito com cada público, os prazos e os responsáveis.

Além delas, outras atividades mais usuais que podem ser feitas pelo profissional de desenvolvimento são a prospecção de novos investidores, prestação de contas, relacionamento com imprensa, campanhas com a mídia (inclusive mídias sociais), pesquisa e formatação de projetos executivos para participar de editais, ações para fidelizar parceiros e campanhas que mobilizem a comunidade para a causa da organização, entre outras possibilidades.

O mais importante é que o profissional planeje seu trabalho com criatividade, respeitando a cultura da organização e tendo clareza de que o desenvolvimento institucional é muito mais do que trazer recursos: é possibilitar que a organização se alimente do que acontece lá fora para ser mais efetiva em sua missão. 

A área de desenvolvimento é a capacidade estratégica da organização de olhar além, de manter contato com o mundo lá fora, de usar criatividade, de desenvolver sua personalidade e de inovar



Assessoria
Empresarial e Contábil

Rua do Ouvidor, 130 – sala 614 - Centro
Rio de Janeiro – RJ – Cep 20040-030
Tel.:(21) 2210-0859 Fax. (21) 2508-6649

SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas



Informações pela Web com total segurança

www.r2assessoria.com.br



Novas oportunidades para as ONGs

Como as organizações podem aproveitar os benefícios das redes sociais



Marcio Zeppelini

marcio@zeppelini.com.br

Editor da Revista Filantropia, diretor executivo da Zeppelini Editorial, diretor da Diálogo Social Treinamentos e apresentador e diretor de Jornalismo da rádio Tom Social. É também palestrante e consultor em comunicação e marketing para o Terceiro Setor.

Redes sociais são estruturas compostas por pessoas ou organizações, interligadas por um ou mais tipos de relação, que partilham objetivos e valores.

Visando compartilhar informações, divulgar ações e iniciativas, relacionar-se com seus públicos e captar recursos, muitas instituições vêm aderindo às redes sociais.

Por que aderir?

De acordo com pesquisa da Interactive Advertising Bureau Brasil (IAB), divulgada em agosto passado, a audiência da internet brasileira subiu para 67,5 milhões em 2009 e pode chegar a 73,7 milhões.

No ano passado, o mundo passou 110 bilhões de minutos em sites de redes sociais e blogs, o que representa 22% do tempo on-line. Com aumento de 24% no número de usuários em relação a 2008, pode-se dizer que, agora, aproximadamente 3/4 dos usuários de internet em todo o mundo usam blogs e redes sociais. O Brasil está à frente na utilização, com 86% dos internautas integrando alguma rede.

Junior Wm, consultor em comunicação digital, comenta a expansão desses meios de comunicação citando alguns números interessantes. "Atualmente, existem mais de 200 milhões de blogs no mundo, número maior

que a população brasileira. Apenas entre janeiro e fevereiro de 2010, o Twitter cresceu 1382%. Para assistir a todos os vídeos postados no YouTube, seriam necessários 412 anos. O Flickr hospeda uma foto para cada duas pessoas do planeta. Entre os usuários de internet, 73% possuem blog; do restante, 43% já iniciaram seus blogs e 48% recebem feeds de blogs".

Segundo o consultor, a ascensão das redes sociais promoveu maior interatividade na comunicação entre empresas e organizações e seus públicos-alvo. Conforme os dados apresentados acima, 91% dos usuários de internet compram produtos por recomendação de amigos e apenas 7% por causa da propaganda do produto. "Na mídia social, você deixa de ser apenas um transmissor de mensagens para se tornar receptor também. Hoje, pode-se entrar no site de uma marca e dizer o que se pensa dela", explica.

Gabriela Canale, gerente de conteúdo da Agência Joe's, sugere outros bons motivos para aderir às redes. "As mídias sociais como um todo proporcionam visibilidade de maneira rápida e a baixo custo, porém, com grande impacto. A interatividade é outro fator positivo, pois permite que as pessoas compartilhem conteúdo, replicando as informações".

A gerente de comunicação digital do Jeffrey Group, empresa especializada em comunicação, Mariana Moreira, ressalta o poder das mídias sociais para o Terceiro Setor. Ela lembra que, tradicionalmente, as organizações procuravam fazer propaganda por meio da televisão, rádio, revista e jornal. Só que nem sempre esse método é eficiente. “Hoje, as empresas, e isso também serve para as organizações não-governamentais, estão conversando diretamente com seu público por meio do Facebook, Twitter, Orkut e YouTube. E assim cada usuário vai propagando as informações. Você passa a atingir um público qualificado”.

Com base nesses pontos, a tendência é que as redes sociais se transformem em grandes aliadas das ONGs e demais entidades ligadas ao Terceiro Setor, dado seu alcance e possibilidade de interação com *stakeholders* e demais públicos.

Primeiros passos

Engana-se quem pensa que basta se cadastrar em uma das diversas redes sociais disponíveis e/ou criar um blog e pronto, todos os seus problemas serão resolvidos e suas metas serão alcançadas. Não é bem assim que funciona. “Estar em uma rede social é apenas o começo de uma longa jornada”, afirma Junior Wm. “Para que uma organização se beneficie dessa rede – ou de qualquer outra que venha a fazer parte –, é preciso saber usá-la corretamente”.

Para começar, a ONG deve saber muito bem o que e para quem pretende divulgar, para, posteriormente, verificar qual mídia é a mais adequada para ajudar a alcançar seus objetivos. “O ideal é estar presente no maior número possível de redes, pois, assim, sua visibilidade será ainda maior”, comenta Beirut Abu Hdaib, consultora de marketing da ThoughtPick e especialista em mídias sociais da Write Right. Contudo, ela faz uma ressalva: “se for para ter 20 perfis e deixá-los desatualizados, melhor nem abri-los. Informações desatualizadas ou desconstruídas tendem a ser piores que a inexistência de dados, pois confundem seu público e, mais que isso, fazem com que percam o interesse por sua organização. Sem contar, é claro, o desgaste que isso causa à imagem da instituição”, destaca.

Escolhida a mídia – que pode ser uma rede social ou uma plataforma de blog ou microblog, por exemplo –, é hora de iniciar o cadastramento. “Adicionar biografia, objetivos, missão e visão de sua organização e utilizar um avatar condizente com a causa que sua ONG defende são pontos fundamentais, pois permite que os

Para começar, a ONG deve saber muito bem o que e para quem pretende divulgar, para, posteriormente, verificar qual mídia é a mais adequada para ajudar a alcançar seus objetivos

Principais redes sociais

Com seus objetivos pré-estabelecidos, pesquise as principais redes sociais e plataformas de blogs disponíveis, conheça suas funcionalidades e mãos à obra!

Blogs

- Blogspot: www.blogspot.com
- Tumblr: www.tumblr.com
- Wordpress: www.wordpress.com

Redes sociais

- Facebook: www.facebook.com
- LinkedIn: www.linkedin.com
- Multiply: <http://multiply.com>
- MySpace: www.myspace.com
- Orkut: www.orkut.com

Microblogs

- Jaiku: www.jaiku.com
- Plurk: www.plurk.com
- Twitter: www.twitter.com

Multimídia

- Flickr: www.flickr.com
- Fotolog: www.fotolog.com
- Justin.tv: www.justin.tv
- Picasa: www.picasa.com
- Videolog: www.videolog.com
- YouTube: www.youtube.com



demais usuários compreendam seu objetivo e passem a apoiá-lo”, orienta Beirut.

Com o perfil criado, é hora de divulgar suas ações para seus colaboradores, *stakeholders* e demais públicos de interesse. E é justamente nesse ponto que muitas organizações pecam, não por falta de boa vontade nem de boas ideias, mas pela falta de uma estratégia de marketing adequada.

A partir do momento que sua organização estiver presente em uma rede social, ações como estruturar, posicionar e alimentar o perfil da ONG deverão ser vistas como tarefas de suma importância ao seu bom desempenho e à disseminação de seu trabalho. “Todas as novidades, últimas conquistas e realizações, novos parceiros, eventos realizados e demais informações relativas às atividades da organização deverão estar presentes nesse perfil, uma vez que ele será compreendido como o cartão de visita de sua ONG”, pontua Junior Wm.


Beirut completa: “É preciso notar que as plataformas de mídias sociais estão ocupando porções vitais de muitas estratégias de negócio. Dia após dia, a necessidade de utilização dessas tecnologias por organizações sem fins lucrativos tem se tornado evidente”. Para que os objetivos da ONG junto às redes sociais sejam atendidos, ela pontua alguns tópicos que devem ser observados:

- dedicar parte do tempo para monitoramento de temas relevantes de discussão em outros blogs e redes sociais, como forma de incrementar o conteúdo do perfil;
- providenciar ferramentas estratégicas para engajamento;

- criar um meio para construir relacionamentos com *stakeholders* e comunidade;
- promover *networking* e *fundraising*;
- facilitar a realização de campanhas de longo alcance e, em alguns casos, de iniciativas focadas;
- permitir a difusão em larga escala e a baixo custo, de modo a permitir e incentivar sua replicabilidade;
- alcançar as novas gerações (X e Y) e buscar envolvê-las;
- prestar contas e informações adicionais de maneira clara e transparente.

Exemplos de quem usa

Um exemplo de organização que utiliza as redes sociais para divulgar suas ações é a Doutores da Alegria. O grupo conta com cerca de 86.800 amigos na comunidade do Orkut, 5.300 fãs no Facebook e mais de 10.600 seguidores no Twitter, além de diversos visitantes em seu blog e no Flickr.

A ONG Um Teto Para Meu País é outro exemplo, que conta com 1,9 mil seguidores no Twitter, 1,3 mil amigos no Orkut e 4,7 mil no Facebook – a página latino-americana da ONG reúne mais de 91 mil fãs, tornando-se uma grande rede integradora de jovens que trabalham para modificar a realidade de milhões de famílias que vivem em condição de pobreza. “Os números são maiores que os de organizações mais conhecidas nos meios tradicionais”, comenta Júlio Lima, coordenador de multimídia e web da ONG. “As redes sociais são utilizadas como ferramentas de captação de voluntários e recursos e divulgação de eventos”, completa. 

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





Tem certeza de que você sabe
o que está fumando?

INSTITUIÇÃO
PADRE HAROLDO

A questão das drogas deve ser encarada de frente pelas famílias, pela sociedade, por todos nós. Por isso, a Instituição Padre Haroldo, pioneira, há mais de 30 anos dedica-se a prevenir e recuperar crianças, adolescentes e adultos através de técnicas cientificamente reconhecidas de tratamento para dependência de drogas e álcool, além de cursos profissionalizantes e acompanhamento familiar. Um trabalho de muita sensibilidade e ética que já ajudou mais de 70 mil pessoas e fez da Instituição um nome conhecido e reconhecido mundialmente.

Instituição Padre Haroldo.

Vida e dignidade livre das drogas.

Saiba mais sobre esse trabalho reconhecido pela ONU e pela Casa Branca e ajude a eternizar essa causa.

www.padreharoldo.org.br

Bolsas de estudo com base na lei nº 12.101/2009



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Saleciano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

As bolsas de estudo somente poderão ser concedidas se forem atendidas as exigências contidas na lei nº 12.101/2009.

A receita base de cálculo das gratuidades deve ser calculada com base na receita bruta efetivamente recebida a título de anuidades e semestralidades. Entretanto, se a entidade mantém curso superior e não é optante do ProUni, a receita base de cálculo deve ser constituída pela venda de serviços acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, da venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares (artigo 3º, inciso VI, do decreto nº 2.536/1998 e lei nº 11.096/2005).

As bolsas de estudo serão concedidas pela escola nas seguintes proporções: a) no mínimo uma bolsa de estudo integral para cada nove alunos pagantes da educação básica; b) bolsas parciais de 50%, quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

As bolsas de estudo deverão ser ofertadas por meio de sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC).

Vale destacar que a entidade deve primeiramente atender às bolsas integrais. Atendidas essas bolsas, a escola atender deve às bolsas parciais de 50%. Somente quando não mais houver candidatos a bolsistas integrais é que se pode partir para as parciais. A entidade somente poderá complementar os 20% da receita bruta efetivamente recebida de anuidades ou semestralidades com ações assistenciais nos termos da lei nº 12.101/2009. Em outras palavras, as gratuidades da entidade educacional são compostas por gratuidades integrais, gratuidades parciais, de 50% e, ainda, complementadas em 5% da receita efetivamente recebida, com ações assistenciais. Nos anos 2010, 2011 e 2012, tais ações serão complementares nos percentuais permitidos pela lei nº 12.101/2009.

Entretanto, existem dúvidas se os percentuais para alcançar os 20% de que trata o artigo 13, parágrafo 4º,

incisos I, II e III, da lei nº 12.101/2009, já se aplicam a partir de 2009. Se assim for, os anos de 2009, 2010 e 2011 serão os de aplicação da escala percentual em ações assistenciais, consoante ao artigo 13, parágrafo 4º, incisos I, II e III, da referida lei. Essa decisão é dependente de regulamentação a ser procedida pelo MEC.

Para os efeitos de concessão de bolsas de estudo, a entidade deve observar, consoante à lei nº 12.101/2009, a carência do candidato à bolsa de estudo. A carência será comprovada por meio de seu perfil socioeconômico, avaliado documentalmente, e devem ser atendidos os aspectos de renda familiar entre um e meio e três salários mínimos.

Será concedida bolsa integral para o aluno cuja renda familiar mensal *per capita* não exceder o valor de um e meio salário mínimo. Será concedida bolsa parcial (50%) para o aluno cuja renda familiar mensal *per capita* não exceder o valor de três salários mínimos.


Poderão ser computadas como bolsas de estudo aquelas que forem ofertadas no curso de ensino profissionalizante, nos termos do artigo 39 e seguintes da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e do decreto nº 5.154/2004.

De acordo com o artigo 21 da LDB, a educação escolar compõe-se das seguintes etapas: a) educação básica, formada por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; b) educação superior. As creches com atendimento às crianças a partir dos três anos de idade caracterizam-se como educação infantil.

As bolsas de estudo concedidas para turmas de alunos iniciadas antes de 30 de novembro de 2009 poderão ser computadas, para os efeitos dos 20% sobre a receita efetivamente recebida, e contabilizadas independentemente dos percentuais de concessão para os fins de comprovação das gratuidades concedidas previstas no decreto nº 2.536/1998. Essas bolsas e seus

percentuais podem ser mantidos até a conclusão da etapa da educação básica presencial na qual o aluno estiver matriculado (artigo 31 e parágrafo único do decreto nº 7.237/2010).

Todas as bolsas de estudo e as ações assistenciais devem ser comprovadas e plenamente identificadas.

Para melhor interpretação do exposto, são apresentados alguns exemplos práticos. 

Família "A" com três pessoas trabalhando e recebendo os seguintes rendimentos:

Paula	R\$ 5.700,00
Pedro	R\$ 800,00
Maria	R\$ ---
Antonio	R\$ 1.500,00
Renda bruta familiar	R\$ 8.000,00
Renda bruta <i>per capita</i>	R\$ 2.000,00
Salário mínimo	R\$ 510,00
Número de membros que dependem da renda bruta familiar	4
Renda <i>per capita</i>	3,92156 salários mínimos

Decisão: a família "A" não tem direito à bolsa de estudo para os fins da lei nº 12.101/2009.

Família "B" com três pessoas trabalhando e recebendo os seguintes rendimentos:

Antonio	R\$ 600,00
Pedro	R\$ 520,00
Maria	R\$ 410,00
Renda bruta familiar	R\$ 1.530,00
Renda bruta <i>per capita</i>	R\$ 510,00
Salário mínimo	R\$ 510,00
Número de membros que dependem da renda bruta familiar	3
Renda <i>per capita</i>	um salário mínimo

Decisão: a família "B" tem direito à bolsa de estudo de 100% para os fins da lei nº 12.101/2009.

Família "C" com único membro trabalhando e recebendo os rendimentos:

João	R\$ 1.200,00
Maria	R\$ ---
Renda bruta familiar	R\$ 1.200,00
Renda bruta <i>per capita</i>	R\$ 600,00
Salário mínimo	R\$ 510,00
Número de membros que dependem da renda bruta familiar	2
Renda <i>per capita</i>	1,17647 salário mínimo

Decisão: a família "C" tem direito à bolsa de estudo de 100% para os fins da lei nº 12.101/2009.

Família "D" com duas pessoas trabalhando e recebendo os rendimentos:

Roberto	R\$ 3.200,00
João	R\$ 1.000,00
Maria	R\$ ---
Cristina	R\$ ---
Tiago	R\$ ---
Renda bruta familiar	R\$ 4.200,00
Renda bruta <i>per capita</i>	R\$ 840,00
Salário mínimo	R\$ 510,00
Número de membros que dependem da renda bruta familiar	5
Renda <i>per capita</i>	1,64 salário mínimo

Decisão: a família "C" tem direito à bolsa de estudo de 50% para os fins da lei nº 12.101/2009.

Família "E" com quatro pessoas trabalhando e recebendo os rendimentos:

Gilda	R\$ 3.500,00
Pedro	R\$ 2.000,00
Maria	R\$ 1.600,00
Carlos	R\$ 1.500,00
Marcos	R\$ ---
Tiago	R\$ ---
Renda bruta familiar	R\$ 8.600,00
Renda bruta <i>per capita</i>	R\$ 1.433,33
Salário mínimo	R\$ 510,00
Número de membros que dependem da renda bruta familiar	6
Renda <i>per capita</i>	2,81 salários mínimos

Decisão: a família "E" tem direito à bolsa de estudo de 50% para os fins da lei nº 12.101/2009.

Receita bruta recebida por anuidades/semestralidade e com bolsas concedidas antes da lei nº 12.101/2009 R\$ 150.000

Gratuidade devida: R\$ 30.000, que corresponde a 20% da receita bruta efetivamente recebida

R\$ 150.000	R\$ 30.000
Bolsas de 50%	R\$ 24.000
Bolsas de 100%	R\$ 6.000
Bolsas pelo decreto nº 2.536/98	R\$ 3.200
Total das bolsas concedidas	R\$ 33.200
Percentual de gratuidades concedidas	22,13%

Cisão parcial de entidades sem fins lucrativos - aspectos contábeis e tributários



Ivan Pinto

ivan@audisa.net

Sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis, pós-graduado em gestão de organizações do Terceiro Setor e em Auditoria e Perícia. É registrado na Comissão Valores Mobiliários (CVM) e no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI). É membro da Comissão de Estudos Técnicos do Terceiro Setor do CRC-SP.

A cisão de uma entidade sem fins lucrativos não implica a extinção da entidade cindida, uma vez que a própria lei prevê a possibilidade de cisão parcial. A cisão parcial está prevista na lei nº 6.404/76, artigo 229, e sempre corresponderá à diminuição do patrimônio líquido da cindida.

O parágrafo 1º do artigo 229, da lei nº 6.404/76, dispõe sobre a forma de sucessão das obrigações da entidade cindida. No caso de cisão total, em que ocorre a extinção do ente, as entidades que absorverem parcelas do patrimônio líquido do ente cindido sucederão a este na proporção do patrimônio líquido transferido, ou seja, sucederá a entidade cindida nos direitos e obrigações referentes àquela determinada porção de patrimônio que foi transferida. Na hipótese de cisão parcial, a situação é similar, devendo-se ressaltar, entretanto, que a entidade cindida permanece existindo. Desse modo, a sucessão de direitos e obrigações só se dará quanto à parcela de patrimônio que foi transferida à outra entidade.

É conveniente ressaltar ainda que, “havendo cisão onde a parcela do patrimônio será transferida para uma entidade nova, a operação será deliberada pela assembleia geral; se a entidade que for absorver a parcela do patrimônio da entidade cindida já existir, serão obedecidas as regras da incorporação” (lei nº 6.404/76, artigo 227).

Nota-se que o motivo alegado pela maioria das entidades sem fins lucrativos que possuem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) para o processo de cisão é a proteção do patrimônio dos associados, em função do rigor da fiscalização (SRFB, MPF e outros órgãos).

Neste artigo, serão abordados os aspectos contábeis e tributários de um processo de cisão parcial de uma entidade sem fins lucrativos, em que será transferida parte de seu patrimônio a uma entidade nova.

Aspectos importantes

A Assembleia Geral Extraordinária dos associados, com finalidade específica de tratar desse processo de cisão parcial, deverá, antes de tudo, aprovar essa situação. Posteriormente, elaborará um protocolo e justificativas de intenção de cisão parcial, nos quais deverá constar (no mínimo):

- os elementos de ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio no caso de cisão;
- os critérios de avaliação do patrimônio líquido, a data-base de sua avaliação e o tratamento das variações patrimoniais posteriores;
- o valor do patrimônio líquido das entidades a serem criadas ou do aumento ou redução das entidades que forem parte na operação;
- o projeto de estatuto, ou de alterações estatutárias, que deverão ser aprovados para efetivar a operação;
- os motivos ou fins da operação e o interesse da entidade em sua efetivação;
- a empresa que será contratada para elaboração do laudo de avaliação patrimonial (obrigatório);
- todas as demais condições acordadas entre as partes.

Aspectos contábeis

Primeiramente, devemos fazer um estudo de viabilidade econômico-financeira da entidade cindida e do novo ente, com enfoque no princípio contábil da continuidade, para ambas as entidades.

Na cisão, seja ela total ou parcial, a contabilidade dará o devido tratamento para separar o que pertence às entidades dos interesses residuais de seus associados.

A lei nº 9.249/95 define que, em um evento de cisão, no laudo técnico contábil devem constar os bens e direitos da parte cindida, que serão avaliados pelo valor contábil ou de mercado. O dispositivo legal está redigido nos seguintes termos:

Art. 21. A pessoa jurídica que tiver parte ou todo o seu patrimônio absorvido em virtude de incorporação, fusão ou cisão deverá levantar balanço específico para esse fim, no qual os bens e direitos serão avaliados pelo valor contábil ou de mercado.

Inc. 1º - O balanço a que se refere este artigo deverá ser levantado até 30 dias antes do evento.

Inc. 4º - A pessoa jurídica incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar a declaração de rendimentos correspondente ao período transcorrido durante o ano-calendário, em seu próprio nome, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Por fim, elaboramos um passo a passo quanto aos aspectos contábeis e respectivos lançamentos que devem ser efetuados pelas entidades em um processo de cisão parcial, para que este seja efetivado nos termos da legislação tributária e societária vigente.


Aspectos tributários

O departamento contábil da entidade cindida deve providenciar a apresentação das seguintes informações econômico-fiscais, relativas ao evento de cisão, que devem ser entregues até o último dia útil do mês subsequente ao do referido evento:

- Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ);
- Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);
- Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); e
- Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon).

Conclusão

A cisão de entidades tem sido praticada por distintos motivos e sob as mais variadas formas. Porém, diante da complexa legislação brasileira, cabe aos gestores das entidades considerar todos os aspectos necessários a um processo de cisão, uma vez que, conforme a estratégia utilizada (jurídica, contábil e fiscal) para operacionalizá-la, poderão ocorrer problemas tributários, principalmente para as titulações e certificações que as entidades sem fins lucrativos usufruem, com isso, refletindo diretamente na manutenção da imunidade e/ou isenção tributária.

Dentro desse enfoque, sugere-se um planejamento tributário e financeiro, pois tais atitudes visam eliminar, minimizar ou postergar eventuais riscos no processo de cisão parcial de uma entidade sem fins lucrativos. 

1) Levantamento do balanço patrimonial da entidade que será cindida:

Balanço patrimonial (R\$) em 31/05/2010			
Ativo		Passivo	
Circulante	15.300.000,00	Circulante	7.850.000,00
Disponível	5.890.000,00	Obrigações sociais	1.500.000,00
Caixa	90.000,00	Obrigações tributárias	150.000,00
Bancos c/ depósitos à vista	800.000,00	Contas a pagar	3.000.000,00
Aplicações financeiras	5.000.000,00	Provisões	700.000,00
Créditos	8.500.000,00	Receitas antecipadas	2.500.000,00
Estoque	900.000,00		
Despesas antecipadas	10.000,00	Patrimônio líquido	57.820.000,00
Não circulante	50.370.000,00	Patrimônio social	50.820.000,00
Realizável em longo prazo	200.000,00	Doação patrimonial	5.000.000,00
Investimentos	80.000,00	Superávit do exercício	2.000.000,00
Imobilizado	50.000.000,00		
Intangível	90.000,00		
Total ativo	65.670.000,00	Total passivo	65.670.000,00

2) Emissão do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da entidade cindida por três peritos ou empresa especializada, sem qualquer vinculação com as partes envolvidas, observando-se os critérios de avaliação previstos em lei (valor contábil ou mercado):

Ativo	Posição	Parcela	Posição
	Anterior (R\$)	Cindida (R\$)	Atual (R\$)
Circulante	15.300.000,00	3.315.000,00	11.985.000,00
Disponível	5.890.000,00	2.115.000,00	3.775.000,00
Caixa	90.000,00	15.000,00	75.000,00
Bancos com depósitos à vista	800.000,00	100.000,00	700.000,00
Aplicações financeiras	5.000.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00
Créditos	8.500.000,00	1.200.000,00	7.300.000,00
Estoque	900.000,00	0,00	900.000,00
Despesas antecipadas	10.000,00	0,00	10.000,00
Não circulante	50.370.000,00	18.025.000,00	32.345.000,00
Realizável em longo prazo	200.000,00	0,00	200.000,00
Investimentos	80.000,00	10.000,00	70.000,00
Imobilizado	50.000.000,00	18.000.000,00	32.000.000,00
Intangível	90.000,00	15.000,00	75.000,00
Total ativo	65.670.000,00	21.340.000,00	44.330.000,00

Passivo	Posição	Parcela	Posição
	Anterior (R\$)	Cindida (R\$)	Atual (R\$)
Circulante	7.850.000,00	2.550.000,00	5.300.000,00
Obrigações sociais	1.500.000,00	300.000,00	1.200.000,00
Obrigações tributárias	150.000,00	50.000,00	100.000,00
Contas a pagar	3.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
Provisões	700.000,00	200.000,00	500.000,00
Receitas antecipadas	2.500.000,00	1.000.000,00	1.500.000,00
Patrimônio líquido	57.820.000,00	18.790.000,00	39.030.000,00
Patrimônio social	50.820.000,00	18.790.000,00	32.030.000,00
Doação patrimonial	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
Superávit do exercício	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Total passivo	65.670.000,00	21.340.000,00	44.330.000,00

3) Lançamentos contábeis: considerando-se a abertura de conta específica para o evento de cisão, os lançamentos contábeis efetuados pela entidade cindida serão divididos em três grupos:

D/C - Contas	Valores (R\$)
D - Conta trans. para cisão	21.340.000,00
C - Caixa	15.000,00
C - Bancos com depósitos à vista	100.000,00
C - Aplicações financeiras	2.000.000,00
C - Créditos	1.200.000,00
C - Investimentos	10.000,00
C - Imobilizado	18.000.000,00
C - Intangível	15.000,00

Transferência de bens e direitos para a entidade nova:

D/C - Contas	Valores (R\$)
D - Obrigações sociais	300.000,00
D - Obrigações tributárias	50.000,00
D - Contas a pagar	1.000.000,00
D - Provisões	200.000,00
D - Receitas antecipadas	1.000.000,00
C - Conta trans. para cisão	2.550.000,00

- Transferência de obrigações para a entidade nova:

D/C - Contas	Valores (R\$)
D - Patrimônio social	18.790.000,00
C - Conta trans. para cisão	18.790.000,00

- Baixa do patrimônio líquido da entidade cindida

O Brasil e a década do voluntariado

O planeta oferece o quem tem de melhor e não pede nada em troca! O planeta é voluntário. Seja voluntário e faça a diferença! O mundo desde já agradece.

Ações voluntárias sempre aconteceram no Brasil. No decorrer dos séculos, nosso voluntariado passou por vários momentos até se constituir no que é hoje: uma atitude cívica de consciência social e solidariedade. O voluntariado brasileiro tem uma história que remonta aos primeiros anos da colonização, com forte caráter assistencialista e filantrópico.


A evolução do voluntariado nos traz, nos anos 1990, um movimento que despertou na comunidade a vontade da participação voluntária como contribuição para a resolução de problemas sociais e a criação dos dez primeiros centros de voluntariado, que hoje são mais de 50 e formam a Rede Brasil Voluntário. A criação dos centros trouxe como destaque a sistematização do voluntariado brasileiro com orientações e capacitações para voluntários, palestras, seminários, momentos de troca de experiências, capacitação das organizações sociais, identificação e divulgação de vagas, cursos de gestão de voluntários, orientação para programas de voluntariado em empresas, escolas e universidades, além de uma forte atuação à distância ou on-line.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 2001 como o Ano Internacional do Voluntário (AIV 2001). Cada um dos 123 países que aderiram organizou seu comitê a fim de formar uma rede mundial de valorização do voluntariado, além de ampliar a divulgação, a promoção e o reconhecimento da importância do trabalho voluntário. Podemos dizer que este ano consolidou a atual cara do voluntariado: a atuação de indivíduos motivados a exercer sua cidadania em prol de causas comunitárias. O Ano Internacional do Voluntário trouxe uma nova visão sobre o tema, representando um salto qualitativo e quantitativo no incentivo e consolidação do voluntariado, além de receber grande atenção da mídia, solucionando, em parte, a desinformação constatada nas décadas anteriores.

Foram vários os impactos das ações voluntárias que começaram a ser medidos a partir da última década. Foi possível perceber que os resultados estão relacionados a quem pratica a ação e a quem a recebe. Quem realiza ações voluntárias desenvolve a criatividade, liderança, trabalho em equipe e compromisso com as pessoas e o meio ambiente. Na outra ponta, para receber as ações voluntárias, foram ampliadas e profissionalizadas as associações sem fins lucrativos, que oferecem serviços nas diversas áreas como saúde, educação, esporte, atividades cívicas, culturais, científicas, recreativas ou de assistência social. São ações em grupo ou individuais, em todos os cantos do país, que impactam diretamente o local onde acontecem, ou amplamente, quando relacionadas à mobilização para a sustentabilidade do planeta, à garantia de políticas públicas e à defesa de direitos.

Temos, hoje, novos caminhos para o voluntariado, buscando os resultados que contribuem com o desenvolvimento sustentável, fortalecendo a democracia e a cidadania no país. Em 2011, será comemorada a Década do Voluntariado 2001 + 10, que tem como objetivo promover o voluntariado em todo o mundo por meio do diálogo e da participação de cidadãos, organizações, empresas e governos e mapear a trajetória dos últimos 10 anos.

Será um momento importante para promover a mobilização de um maior número de pessoas, ampliar a cultura do voluntariado, resgatar a cidadania, fortalecer a rede de centros de voluntariado, promover campanhas, fóruns e seminários sobre o tema.

Em 2001, o Brasil foi reconhecido pela ONU como o país que mais se destacou na promoção do voluntariado. Se quisermos alcançar o mesmo destaque em 2011, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais no Brasil, precisamos que todos os brasileiros se envolvam como voluntários nessa causa. 



O Planeta é Voluntário



Link 
www.cvsp.org.br

e-mail @
facaparte@cvsp.org.br

Voluntariado e tecnologias

Como as mídias sociais e as ferramentas tecnológicas podem ajudar um programa empresarial de voluntariado



Hoje, a informação circula de forma rápida e instantânea e bombardeia as pessoas por diversos canais: celular, televisão, rádio, internet, cartazes, folders, jornais, outras pessoas etc. Dentre essas formas de comunicação, a internet ganha destaque especial, mudando a maneira de difundir as informações pela oportunidade de interação e colaboração instantânea a partir do momento dos acontecimentos. Um exemplo do alcance da internet é o fato de que, às vezes, as pessoas fisicamente mais próximas de um acontecimento sabem do ocorrido depois de pessoas que estão em lugares longínquos.

E o que o grande volume de informações e as possibilidades trazidas pela internet têm a ver com o voluntariado dentro das empresas? Em um cenário no qual a busca e a troca de informações é crescente e constante, posicionar e mostrar temas que envolvam as questões sociais torna-se essencial. Assim, dar visibilidade aos temas sociais trabalhados e discutidos pelos voluntários e a empresa nas diversas ferramentas da internet garante a possibilidade de colaboração para mobilizar, envolver, planejar e comunicar as ações voluntárias.

Se, para ter bons resultados, um programa de voluntariado precisa da participação das pessoas, a colaboração possibilitada pela web facilita o envolvimento dos voluntários apontando problemas, soluções e legitimando as ações por meio da personalidade dos integrantes do programa. Para isso acontecer, hoje, os voluntários

podem utilizar Twitter, Facebook, Orkut, e-mails, SMS, blogs, Youtube, Ning ou sites específicos do programa.

Entretanto, é preciso ter cuidado com a utilização dessas ferramentas. O programa de voluntariado não é apenas a interação entre as pessoas, mas o resultado da interação entre elas e a somatória que culmina com ações que impactam o mundo real. Por isso, é importante iniciar o programa de forma presencial, com “olho no olho”, definindo a essência do trabalho que deverá ser realizado, para, posteriormente, ganhar eco, novas adesões e colaborações por meio da internet.

Além da colaboração, a internet também possibilita uma ação voluntária direta, como tradução de textos, pesquisas, análise de documentos, criação de sites, mobilização nas mídias sociais, entre outros. No site www.voluntariosonline.org.br existem diversas oportunidades e exemplos.

Criticar ou supervalorizar a tecnologia pode fazer com que não sejam aproveitados os benefícios que ela pode proporcionar à causa pela qual seu grupo está atuando. Ter a consciência de que a transformação social alcançada pelas ações voluntárias só tem efeito se beneficiarem pessoas e locais reais é o primeiro passo para se utilizar as mídias sociais de forma assertiva. O contato on-line pode ser um ótimo instrumento para gerar articulação, formulação, mobilização, comunicação e monitoramento das ações voluntárias praticadas e atentas às demandas das instituições sociais, pessoas e comunidades.



Link

www.acaovoluntaria.org.br

e-mail

acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone

(41) 3322-8076

Negócios que transformam vidas

Em desenvolvimento no Brasil, ações envolvendo negócios sociais e inclusivos despontam como forma de reverter quadro de pobreza

Por Luciano Guimarães

Ainda sem definição consensual sobre seu próprio conceito (e até mesmo a existência de certa discussão no meio empresarial acerca de seu funcionamento), o negócio social e inclusivo vem se desenvolvendo no Brasil e chama a atenção de ONGs e empresas tradicionais, como Natura, Walmart, Lojas Renner e Tok&Stok pelo seu poder de modificar a vida de pessoas que, em geral, estão à margem da economia de mercado.

Os negócios sociais são iniciativas economicamente rentáveis que, por meio da sua atividade principal (*core business*), buscam soluções para problemas sociais, utilizando mecanismos de mercado. Essa visão esclarecedora e objetiva é da Artemisia, organização pioneira em negócios sociais no Brasil e uma das mais respeitadas no setor.

Segundo a Artemisia, os negócios sociais têm três objetivos principais: promover a inclusão social por meio da oferta de oportunidades de trabalho que melhoram a renda e a qualidade de vida de pessoas mais pobres – incluídas também as com deficiência, populações marginalizadas ou de comunidades alternativas; oferecer produtos e serviços de qualidade e a preços acessíveis, que melhoram diretamente a qualidade de vida das pessoas mais pobres, como habitação, alimentação, saúde, água potável, saneamento, energia, telefonia celular, computadores, serviços financeiros, jurídicos, seguros etc; e, por fim, oferecer produtos e serviços que melhoram a produtividade dos mais pobres, contribuindo indiretamente para o aumento de suas rendas

– acesso a crédito produtivo, venda de tecnologias e equipamentos de baixo custo etc.

Outra boa definição sobre o tema é a de Leonardo Letelier, presidente-executivo (CEO) da sitawi, entidade sem fins lucrativos que, por meio de um Fundo Social, primeiro do país para esse tipo de público, já investiu mais de R\$ 1 milhão em organizações e empresas comprometidas com causas sociais e ambientais.

“O negócio social se localiza entre os extremos de negócio e de organizações sociais ‘tradicionais’, mas existe em meio a organizações com fins lucrativos e impacto social e organizações sociais com operações de negócios”, define.

A sitawi tem a missão de desenvolver infraestrutura financeira para o setor social, e essa ação é realizada dando acesso a crédito para quem tem operações de negócio com impacto social, mas não possui acesso a crédito adequado – muitas vezes, os problemas são prazo, carência ou garantia, e não somente a taxa de juros.

“Desde o início dos empréstimos, não houve inadimplência nem reestruturação, e temos uma demanda já identificada de mais de R\$ 1 milhão para o próximo ano. Por isso, estamos aumentando nosso Fundo Social para R\$ 2,5 milhões com o apoio de pessoas e organizações no Brasil, já que o fundo é formado exclusivamente por doações e 100% dos recursos são utilizados para empréstimos sociais”, explica Letelier.

O gestor da sitawi explica que antes de liberar os empréstimos sociais, que variam de R\$ 100 mil a R\$ 400 mil, com juros de aproximadamente 1% ao mês, todas as propostas são minuciosamente estudadas. Junto com o empréstimo, está incluída uma ferramenta de suma importância para o bom uso dos recursos – o aconselhamento estratégico.



A análise das organizações baseia-se em saber se as mesmas: têm impacto social; possuem uma operação de negócios (existente) viável; têm liderança ética e equipe de gestão da operação de negócio; e não possuem acesso ao capital em condições adequadas.

Casos de sucesso


Os negócios inclusivos são uma realidade que vem mudando a vida de muitas pessoas. A mais famosa delas é a do bengali Muhammad Yunus, que criou o Grameen Bank, que empresta sem garantias nem papéis e tem nas mulheres seu principal público (97% dos 6,6 milhões de beneficiários). A taxa de recuperação é de 98,85%.

Laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006, Yunus foi o primeiro a cunhar a expressão microcrédito, recurso destinado a pessoas pobres e não a pequenos produtores. Segundo Yunus, o *Grameencredit* (crédito do Banco Grameen) baseia-se na premissa de que os pobres têm habilidades profissionais não utilizadas ou subutilizadas.

Para o engenheiro eletricitista Cláudio Boechat, professor da Fundação Dom Cabral e pesquisador nas áreas de responsabilidade corporativa e gerenciamento de projetos, “os exemplos são muitos e podem ser encontrados em vários lugares do mundo, como a distribuição de automóveis mais baratos nos mercados da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, a fabricação de casas populares de baixo custo a partir de processos industriais integrados, ou ainda empresas de produção de celulose que estão incluindo mão de obra de assentados rurais ou mesmo pequenos proprietários no seu processo de plantação”.

No Brasil também há diversos *cases* de sucesso, como o da Solidarium, empresa social ligada à Aliança Empreendedora que cria canais de distribuição para pequenos empreendedores que possuem dificuldade em conciliar criação, produção e comercialização.

Com um empréstimo de R\$ 150 mil obtido da Sitawi (já quitado), foi possível adquirir matéria-prima e, assim, atender à grande demanda gerada pelo Walmart, maior rede de varejo do mundo. Hoje, a Solidarium beneficia 35 grupos produtivos e 280 empreendedores integrantes desses grupos e atende ainda outros clientes de grande porte.

Certamente, as empresas sociais e os negócios inclusivos crescerão à medida que o conceito de responsabilidade social for realmente absorvido pelas empresas tradicionais e houver maior conscientização da sociedade quanto à importância de ações beneficentes para a transformação positiva na vida de milhões de pessoas. 



Negócios estimulados por empréstimos sociais liberados pela Sitawi

Nome: Aliança Empreendedora – Solidarium (Curitiba-PR)

O negócio: a Solidarium, empresa social ligada à Aliança Empreendedora, cria canais de distribuição para pequenos empreendedores que possuem dificuldade em conciliar criação, produção e comercialização. Beneficia 35 grupos produtivos e 280 empreendedores integrantes desses grupos.

Clientes: Walmart, Tok&Stok, Lojas Renner, entre outros.

Valor: R\$ 150 mil (já quitado).

Nome: Instituto Palmas (Fortaleza-CE)

O negócio: criado pelos moradores do Conjunto Palmeira, o Banco Palmas é um banco comunitário que oferece microcrédito, capacitação para o empreendedorismo, acompanhamento técnico, articulação de parcerias e canais de comercialização dos produtos. Já suscitou empréstimos no valor de R\$ 3 milhões, gerando 1.800 postos de trabalho no Conjunto Palmeira.

Valor: R\$ 225 mil (concedidos desde dezembro de 2009. Em dia com os pagamentos).

Nome: Tekoha (São Paulo-SP)

O negócio: cria canais de comercialização ética e justa para produtos feitos à mão, conectando comunidades e consumidores numa grande rede. Trabalha com 28 grupos espalhados por todo o Brasil e atinge diretamente 1.200 pessoas.

Clientes: Natura, entre outros.

Valor: R\$ 100 mil.

Nome: Caspiedade (São Paulo-SP)

O negócio: gerencia dois restaurantes populares para o Estado de São Paulo, que servem aproximadamente 1.500 refeições por dia, além de ensinar e produzir artesanatos com casca de ovo, fomentando o empreendedorismo na comunidade. Atende cerca de 1.500 famílias.

Valor: R\$ 230 mil (concedidos em novembro de 2009. Em dia com os pagamentos).

Links

www.artemisia.org.br
www.bancodopovo.sp.gov.br
www.bancopalmas.org
www.caspiedade.org.br
www.fdc.org.br
www.grameen-info.org
www.redetekoha.com.br
www.sitawi.net
www.solidarium.com.br

Crash no Terceiro Setor

A pobreza está acabando!



marcos@mbiasioli.com.br

Advogado, titular da M.Biasioli Advogados, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pelo Mackenzie, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor e idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



talita@mbiasioli.com.br

Advogada em São Paulo, OAB/SP 208.824, graduada pela Universidade de Sorocaba, mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba e pós-graduada em Gestão Estratégica de Negócios (MBA) pela Universidade de Sorocaba. É professora universitária da Faculdade de Direito de Itu e colaboradora da Revista Filantropia.

De acordo com o Banco Mundial, o número de miseráveis em quase todo o mundo chega a 1,4 bilhão de pessoas, que vivem com apenas US\$ 1,25 diários. A África possui um contingente maior de pobres, eis que 50,9% de sua população vive com tal cifra diária. Já na Ásia oriental, esse percentual cai pra 16,8%, e na América Latina a população tida como pobre nessas condições corresponde a 8,2%. Tais dados são alarmantes se comparados com a Europa, que contém um volume de apenas 3,7% de sua população em tal situação. A população brasileira que vive com U\$ 1,25 por dia correspondia, há alguns anos, a 1,6% do total. Atualmente, esse número caiu para 1,3%, ou seja, praticamente 7% a menos do que a média dos índices da América Latina.

Em um universo de 190 milhões de habitantes, 1,3% corresponde a quase 2,5 milhões de pessoas vivendo diariamente no Brasil com aproximadamente R\$ 2,15 por dia, o que representa um número significativo perto dos anseios do projeto Fome Zero do governo federal.

Apesar dos índices de pobreza mundial, as estimativas mostram que, em termos percentuais, há certos avanços no combate contra a pobreza, pois o número de pessoas nessa situação caiu em todo o mundo em torno de 500 milhões de pessoas desde 1981.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), quase 1/4 das famílias brasileiras com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa que vivem na linha de pobreza possuem veículo próprio. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ainda relata que o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio demonstra nitidamente a queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008.

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV) divulgou em estudo que 35,6 milhões

de pessoas ingressaram na classe média entre 2003 e 2009, lembrando que as classes A e B são aquelas de renda superior a R\$ 4.800,00; a Classe C tem renda entre R\$ 1.115,00 e R\$ 4.800,00; a Classe D tem renda de R\$ 770,00 a R\$ 1.115,00; e a Classe E com renda de até R\$ 770,00, segundo o Ipea.

O aumento do rendimento dos brasileiros é o principal mensurador da diminuição da pobreza. A Receita Federal do Brasil divulgou informações de que, em 2010, houve um aumento de pelo menos 500 mil contribuintes declarantes do Imposto de Renda, ou seja, que obtiveram rendimento acima de R\$ 17.215,08, correspondente a U\$ 27,58 por dia.

A resenha de tais estatísticas entrega um dado interessante: se o CPS-FGV concluiu que em nove anos (de 2003 a 2009) 35,6 milhões de pessoas saíram das classes D e E, que até então é composta de aproximadamente 73 milhões de brasileiros, é salutar concluir que, se a performance de crescimento se mantiver no atual patamar, em 20 anos não haverá mais pobres no Brasil, já que todos poderão ser içados às classes C, B ou A.

O Terceiro Setor já vem ressentindo essa mudança econômica ante ao seguinte fato: (i) segundo a Constituição Federal, a assistência social é direito do cidadão e obrigação do Estado; (ii) a sociedade civil organizada pode complementar as ações do Estado mediante a repartição do orçamento público para com elas, de forma direta e indireta (isenção e/ou imunidade fiscal); (iii) o requisito imposto à sociedade parceira do Estado é o de entregar àquele que não possui os mínimos sociais o recurso estatal, por meio de projetos sociais.

A lei esparsa (lei nº 12.101/09) impôs regras para a sociedade identificar o cidadão beneficiário que não possui o mínimo social:

- **Para entes sociais que militam em prol da educação** – o normativo determina que o beneficiário deve possuir renda per capita familiar de até um e meio salário mínimo para obter

uma bolsa de estudos de 100%, e de até três salários mínimos para obter uma bolsa correspondente a 50% do valor;

- **Os entes que possuem a missão de prestar saúde** – devem prestar atendimento ao cidadão que não possui convênio médico e tampouco recursos para saúde privada, ou seja, ao beneficiário do Sistema Único de Saúde (SUS);
- **Para o ente que possuir como missão a assistência social direta** – o requisito primordial é que entregue os mínimos sociais para aqueles que são beneficiários do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o que implica dizer que são pessoas em estado de vulnerabilidade extrema, cadastradas nos serviços públicos de assistência, em especial, o Bolsa Família.

A possibilidade da erradicação das classes D e E nos próximos 20 anos implica o fato de que as entidades beneficentes tidas como integrantes do Terceiro Setor não mais terão público para militar na sua proteção.

A realidade dessa reflexão não está tão distante assim, haja vista o atual volume de colégios e universidades filantrópicas radicados em grandes metrópoles, tais como as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e no Distrito Federal, que já estão na saga de pessoas para ocupar o volume de bolsas que são obrigados a manter como prova da contrapartida ao Estado. A atual legislação também imprime um regionalismo para a seleção deles, isto é, há limites geográficos que impedem a importação de beneficiários.

Da mesma forma, destacam-se alguns hospitais filantrópicos que não agregam um volume mínimo de pacientes derivados do SUS, que, por lei, deve representar aproximadamente 60% do total de atendimentos,

também por ausência deles em determinada região mais abastada. Isso os obriga a assumir algumas unidades de hospitais públicos por meio de contrato de parceria em outras regiões, ou até mesmo os forçam a inaugurar ambulatórios médicos dentro de comunidades carentes.

Outro dado importante que contribuiu com a teoria dos sinais da diminuição da pobreza se identifica na pesquisa realizada pelo Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, que aponta uma redução de 31% nos recursos estrangeiros recebidos pelas ONGs nacionais nos últimos quatro anos. Esse dado demonstra sinais claros da estabilidade social do Brasil e franco crescimento da erradicação da pobreza, que tem desencorajado os organismos sociais externos a investir no país, já que existem outros com realidade social visivelmente pior.

Dentro da real possibilidade da diminuição de “pobres” no Brasil nos próximos 20 anos, é chegada a hora de se traçar um novo planejamento para a missão do Terceiro Setor. Pensando nisso, pode-se refletir sobre a utilização de uma ferramenta legal criada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que alargou o rol de trabalho em prol do desenvolvimento da sociedade por meio da resolução nº 16/2010, trazendo novas perspectivas de trabalho, além daquelas prevista na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas – lei nº 8.742/93), em especial aquelas relacionadas ao assessoramento, defesa e garantia de direitos.

Longe de qualquer profecia, o ente integrante do Terceiro Setor que opera de mãos dadas com o Estado, usufruindo os recursos públicos na sua missão, que não esteja vislumbrando um futuro menos paternalista aos seus projetos se deparará com o *crash* do Terceiro Setor, pois, segundo as atuais estatísticas, o “pobre” irá sumir. Oxalá esteja certo! ☺

É salutar concluir que, se a performance de crescimento se mantiver no atual patamar, em 20 anos não haverá mais pobres no Brasil

MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br



Teste de HIV

O Ministério do Trabalho e Emprego determinou que não será permitido, de forma direta ou indireta, submeter o trabalhador a teste para detecção do vírus HIV nos exames médicos por ocasião da admissão, mudança de função, avaliação periódica, retorno, demissão ou outros ligados à relação de emprego. A medida faz parte da Portaria MTE nº 1.246/2010.

 www.mte.gov.br

Cobrança indevida

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu na Justiça a validade da resolução nº 3/09, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). A norma proíbe hospitais e clínicas de aplicar o preço máximo ao consumidor em medicamentos restritos, utilizados no tratamento de pacientes. Na prática, o custo desse medicamento nos hospitais deve seguir a mesma tabela das farmácias.

 www.agu.gov.br

Certidão de nascimento

Desde o dia 3 de outubro, qualquer estabelecimento de saúde, público ou privado e com acesso à internet, está autorizado a emitir certidões de nascimento. O registro é gratuito e será feito mediante apresentação dos documentos dos pais. O procedimento será realizado por um sistema on-line que interliga as maternidades aos cartórios do país. Os hospitais, no entanto, não são obrigados a fornecer esse serviço. A adesão voluntária deve ser solicitada pelo estabelecimento. A medida visa acabar com o sub-registro de nascimento, erradicando situações em que os pais deixam de registrar as crianças.

 www.saude.gov.br

Plano de saúde *versus* rescisão de contrato

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é ilegítima a rescisão de plano de saúde em razão da alta sinistralidade do contrato, caracterizada pela idade avançada dos segurados. O entendimento foi unânime. Segundo a ministra Nancy Andrighi, o caso apreciado não envolvia os demais reajustes permitidos em lei, os quais ficam garantidos às empresas prestadoras de planos de saúde, sempre ressalvada a abusividade.

 www.stj.jus.br

Isenção e direitos autorais

Eventos sem fins lucrativos poderão ficar isentos do pagamento de direitos autorais pela reprodução de músicas e suas letras. Esse é o teor do projeto de lei nº 7.325/10, do deputado Lupércio Ramos (PMDB-AM), que modifica a Lei dos Direitos Autorais (9.610/98). Para o autor da proposta, a cobrança de direitos autorais pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) dificulta a realização de eventos culturais gratuitos. O PL ainda será votado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário.

 www.fiesp.com.br

Benefício aos idosos

A Câmara analisa o projeto de lei nº 6.963/10, do deputado Zequinha Marinho (PSC-PA), que obriga as empresas domésticas de transporte aéreo a reservar duas vagas gratuitas para pessoas de pelo menos 60 anos com renda inferior a dois salários mínimos (R\$ 1.020). A proposta busca tornar mais abrangente a redação da regulamentação do Estatuto do Idoso (decreto nº 5.934/06), que concedeu esse direito em viagens interestaduais de ônibus, trem ou barco. Caso a procura seja superior às duas vagas disponíveis, as empresas de transporte devem conceder desconto mínimo de 50% no valor das passagens ao público excedente.

 www.camara.gov.br

Segurança privada

Para as entidades sociais que utilizam os serviços de segurança privada, terceirizada ou não, um alerta. Foi alterada a redação de diversos artigos da Portaria DPF nº 387/2006, que normatiza essa modalidade de trabalho. Entre as novas determinações, o vigilante deverá utilizar, em serviço de segurança pessoal, traje adequado à missão, estabelecido pela empresa, não assemelhado ao uniforme das forças de segurança pública, e portar todos os documentos aptos a comprovar a regularidade da execução do serviço de segurança pessoal contratado.

 www.dpf.gov.br

Renovação

Os requerimentos de concessão da certificação e de renovação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção de isenção das contribuições para a Seguridade Social, com documentação incompleta, poderão ser complementados em única diligência a ser realizada no prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação da entidade interessada e, em se tratando de renovação, a complementação deve ocorrer, no máximo, dentro dos seis meses.

 www.planalto.gov.br

Contra o bullying

O aumento de casos de *bullying* nas escolas levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fazer e distribuir uma cartilha que orienta os pais sobre o fenômeno. O material também pretende orientar pais e professores a identificarem crianças e adolescentes que sofrem ou praticam *bullying*. A cartilha, feita pela psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, integra o projeto Justiça nas Escolas, lançado recentemente. A cartilha completa está disponível no site do CNJ.

 www.cnj.jus.br

Selo de segurança para medicamentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou um selo de segurança que será reconhecido por leitoras óticas instaladas em todas as drogarias do país. Com isso, a partir de janeiro de 2012, quem comprar um medicamento poderá confirmar na própria farmácia se o produto é verdadeiro. Para comprovar a autenticidade do produto bastará aproximar a etiqueta da leitora ótica. Uma luz verde, acompanhada de um sinal sonoro, indicará que o remédio é verdadeiro. Autoadesivo e impermeável, o selo vai ser único, sem diferenciação por Estado ou por fabricante.

 www.estadao.com.br

Aposentadoria no contrato de trabalho

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não aponta a aposentadoria como causa de rompimento contratual. O STF também sacramentou o posicionamento segundo o qual “é único o contrato de emprego do trabalhador que, mesmo obtendo a aposentadoria espontânea, permanece na prestação de serviço”. Dessa forma, não havendo motivo legal para o desligamento, senão a aposentadoria, e não podendo esta ser causa de extinção do contrato de trabalho, há de se considerar que a relação contratual foi rompida sem justa causa, sendo devidos ao trabalhador o aviso prévio e a multa fundiária de 40%, incidente sobre todos os depósitos efetivados no curso da relação contratual, inclusive os anteriores à aposentadoria, por força do disposto no artigo 18, § 1º da lei nº 8.036/90.

 www.trt2.gov.br

Taxa Selic

A taxa Selic não pode ser adotada na fase de liquidação de sentença transitada em julgado que tenha fixado outro percentual de juros moratórios. O índice adotado deve ser mantido mesmo que a sentença tenha sido dada após a vigência da lei nº 9.250/95, que alterou a legislação do Imposto de Renda de pessoa física. Esse é o entendimento da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que aceitou recurso da União contra ato do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O caso foi submetido ao regime dos Recursos Repetitivos.

 www.conjur.com.br

Idiomas com dedução

A Câmara analisa o projeto de lei nº 7.074/10, do deputado Fábio Faria (PMN-RN), que permite a dedução do Imposto de Renda de gastos com a aprendizagem de idiomas. Pela proposta, que altera a lei nº 9.250/95 (IRPF), a medida valerá para as despesas do contribuinte ou de seus dependentes. Pelo projeto, os gastos com aprendizagem de idiomas poderá ser de até R\$ 2.830,84 individualmente, para finalidade de dedução.

 www.camara.gov.br

Redução do FAP

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) é um multiplicador variável entre cinco décimos (0,5000) e dois inteiros (2,0000) utilizado no cálculo dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), o qual reduz ou majora as alíquotas da contribuição RAT de 1%, 2% e 3%. A aferição do FAP leva em consideração, dentre vários elementos, o desempenho de cada empresa no interior da respectiva SubClasse da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE). A íntegra desse artigo do advogado André Fellipe Lara, do Escritório Moura Tavares, Figueiredo, Moreira e Campos Advogados, pode ser lida em: www.conjur.com.br/2010-nov-01/fap-possibilidades-reduzi-lo-precisar-ir-justica.

 www.conjur.com.br

Declaração de serviços médicos

A partir do ano-calendário de 2011, as pessoas jurídicas ou equiparadas, prestadoras de serviços de saúde – incluindo as santas casas e hospitais beneficentes – e operadoras de planos privados de assistência à saúde devem apresentar a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed), instituída pela Instrução Normativa RFB nº 985/2009. A Dmed contém informações sobre os pagamentos por elas recebidos e deverá ser assinada digitalmente.

 www.iob.com.br

1 **Diante do novo cenário legal das filantrópicas, as Oscips podem se certificar junto aos respectivos ministérios?**

De acordo com o artigo 18 da lei nº 9.790/99, a Oscip interessada em manter a qualificação prevista deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações. Caso renuncie a essa qualificação junto ao Ministério da Justiça e, ato contínuo, atenda aos requisitos exigidos pela lei nº 12.101/2009 e pelo decreto nº 7.213/2010, poderá pleitear a certificação de entidade beneficente.

2 **Com a nova lei, as entidades assistenciais precisam cumprir algum percentual de gratuidade?**

A lei nº 12.101/2009 e os decretos nº 7.237 e 7.300/2010 não determinaram percentual mínimo de gratuidade para as entidades de assistência social. Entretanto, alguns requisitos devem ser cumpridos para que a entidade possa obter a certificação ou sua renovação:

- As entidades beneficentes de assistência social deverão demonstrar que realizam ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, nos termos da lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
- Comprovar a oferta de, no mínimo, 60% de sua capacidade de atendimento ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Estar inscrita no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso, nos termos do art. 9º da lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
- Integrar o cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social de que trata o inciso XI do art. 19 da lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

3 **Posso considerar como gratuidade o custo com atividades vinculadas à grade curricular (atendimento jurídico, laboratório de terapia, atendimento psicológico etc.)?**

A atividade educacional deve comprovar sua gratuidade em bolsa de estudos de 100%, 50% e, em alguns casos, de 25%. Embora a nova legislação não traga qualquer panorama a respeito, é recomendável levar em consideração o que dispõe o parecer 2414/2001, da Consultoria Jurídica do MPS, que cita claramente:

“15. Podemos, então, elencar algumas prestações, serviços ou benefícios que não se subsumem ao conceito de aplicação em gratuidade. Esclareça-se que o rol abaixo não é exaustivo, podendo ser ampliado com outros correspondentes:

1) atendimentos prestados pelos próprios alunos, como atividades curriculares”.

4 **Minha entidade promove cursos profissionalizantes. Qual a preponderância para fins de certificação junto aos ministérios?**

Se existem a possibilidade e a intenção de formalizá-los como cursos regulares e presenciais, sua preponderância seria educacional. Do contrário, se visam atender ao disposto na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) no sentido de promover a inserção no mercado de trabalho (mas não na modalidade regular), atuaria na seara assistencial. Por fim, aproveitamos para destacar que o momento de transição legislativa é extremamente oportuno para refletir sobre o melhor encaminhamento.

5 **Posso considerar a educação de jovens e adultos para fins de gratuidade educacional?**

Como a educação de jovens e adultos é parte integrante da educação básica, não há problema em considerá-la para fins de bolsa, desde que esta ocorra de forma regular (autorizada pelos órgãos competentes), ou seja, que não se trate apenas de um programa de apoio.

6 **Se minha escola é inteiramente gratuita, como contabilizo a gratuidade educacional? Deve-se estabelecer uma mensalidade de acordo com o praticado no mercado?**

Na lei nº 12.101/2009 não há qualquer dispositivo que admita a contabilização da gratuidade com base no valor de mercado das mensalidades escolares. Ao contrário, o artigo 13 aduz que a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida, observados a lei nº 9.780/99 (que dispõe sobre as anuidades escolares) e o decreto nº 3.274/99. Com base nisso, pode-se concluir que, sendo uma entidade que fornece todas as vagas gratuitas, o valor da gratuidade deverá ser o custo despendido com tal atividade, sendo dispensada a aplicação do valor do mercado para contabilização do percentual mínimo previsto.

Dezembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em novembro/10
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de novembro/10
	GFIP	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a novembro/10
	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente a outubro/10
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência novembro/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de novembro
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência novembro/10 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	13º salário	Pagamento da 2ª parcela referente ao 13º salário de 2010
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento do INSS referente ao 13º salário de 2010
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/10
21	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência novembro/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente a outubro/10
23	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em novembro/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em novembro/10
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de dezembro
	Contribuição Sindical	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em novembro/10
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro/10

Janeiro

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em dezembro/10
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de dezembro/10
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência dezembro/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	GFIP	Guia de recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social
7	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF mensal referente a novembro/10
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de dezembro
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento em GPS da competência dezembro/10 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/10
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência dezembro/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
21	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em dezembro/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em dezembro/10
	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente a novembro/10
31	Contribuição Sindical Empregados	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em dezembro/10
	Contribuição Sindical Patronal	Recolhimento da Contribuição Sindical às respectivas entidades de classe. Consultar a respectiva entidade sindical, a qual pode fixar prazo diverso
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/10
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de janeiro (art. 35 da lei nº 10.925/04 alterado pela lei nº 11.196/05)
	GFIP (Competência 13)	Guia de recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente aos dias 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2010
	Previdência Social (INSS)	Apresentação ao INSS pela pessoa jurídica de Direito Privado beneficiada com a isenção de que trata os artigos 206 e 207 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo decreto nº 3.048/1999 do plano de ação das atividades a serem desenvolvidas durante o ano em curso
	Plano anual de ação de atividades	

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
*1 - Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
De	Até	-	-	
-	R\$ 1.040,22	8%	8%	
R\$ 1.040,23	R\$ 1.733,70	9%	9%	
R\$ 1.733,71	R\$ 3.467,40	11%	11%	
2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
De	Até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 1.040,22	8%	12%	20%
R\$ 1.040,23	R\$ 1.733,70	9%	12%	21%
R\$ 1.733,71	R\$ 3.467,40	11%	12%	23%
3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.				
4 - Salário mínimo				
Período	Salário	Valor		
a partir de abril/2006		R\$ 350		
a partir de março/2008		R\$ 415		
a partir de fevereiro/2009		R\$ 465		
a partir de janeiro/2010		R\$ 510		

(*) A Portaria Interministerial 333 MPS-MF, de 29/6/2010, publicada no Diário Oficial do dia 30/6/2010, dentre outras normas, reajustou em 7,72%, com efeito retroativo a 1/1/2010, os valores da tabela de Salários de Contribuição aplicável aos segurados empregados, inclusive o doméstico e o trabalhador avulso.

5 - IR - Fonte e Carnê Leão (2010)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.499,15	-	-
De 1.499,16 até 2.246,75	7,5%	R\$ 112,43
De 2.246,76 até 2.995,70	15%	R\$ 280,94
De 2.995,71 até 3.743,19	22,5%	R\$ 505,62
Acima de 3.743,19	27,5%	R\$ 692,78

Deduções admitidas:

- a) Por dependente, o valor de R\$ 150,69 por mês;
- b) Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.499,15 por mês, a partir do mês em que o contribuinte completou 65 anos de idade;
- c) As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
- d) As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- e) As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- a) Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
- b) Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/0-6, Bacharel em Direito e Contabilista do Escritório Dom Bosco.

Participação na economia



Por Thaís Iannarelli

Com o passar dos anos, oportunidades de trabalho no Terceiro Setor têm se tornado mais comuns e abundantes em todas as regiões do país. Assim, jovens em início de carreira podem optar por começar a vida profissional já atuando nessa área, enquanto outros mais experientes migram do setor privado para o Terceiro Setor com o intuito de buscar uma atuação que tenha um fim social importante, embora, em termos salariais e de plano de carreira, o Segundo Setor ainda seja mais atrativo.

De acordo com o estudo Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005 havia 1,7 milhão de pessoas registradas como trabalhadores assalariados nas 338,2 mil Fasfil do país – esse número representa 22,1% do total de empregados na administração pública. Um dado interessante é que mais da metade do pessoal ocupado assalariado (57,1%), ou seja, quase 1 milhão de pessoas, está em instituições situadas no Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo – que reúne, sozinho, 553,7 mil desses trabalhadores. Essa realidade coincide com o fato de que a maior parte das pessoas ocupadas de forma geral no país está no Sudeste.

Ainda em desenvolvimento e expansão, Terceiro Setor movimenta a economia do país e gera empregos que competem com a iniciativa privada



Para atrair tantos trabalhadores, a área tem se mostrado mais profissionalizada, mas ainda tem muitos desafios a superar. “Geralmente, as maiores instituições têm uma estrutura melhor, e tiveram de se profissionalizar. Normalmente são essas também que têm os recursos garantidos. A questão do recurso financeiro para a organização sobreviver tem impacto direto na estruturação de qualquer outra área, inclusive na de recursos humanos. Então vemos que institutos empresariais, por exemplo, que têm um financiador estável, tendem a ter uma gestão de RH mais estruturada”, explica Mariana Nicolletti, gerente de Desenvolvimento de Negócios

da Nonprofit Enterprise and Self-Sustainability Team (NESsT) no Brasil.

Migrantes da iniciativa privada

Muitos profissionais decidiram deixar seus empregos na iniciativa privada para procurar um trabalho no Terceiro Setor. A profissionalização da área social, juntamente com a crescente necessidade que as instituições encontraram de melhorar seus aspectos de gestão e liderança, tem causado esse efeito de trazer não só as técnicas de administração da iniciativa privada, mas também muitos de seus profissionais.

Mas o que leva as pessoas a mudarem de emprego, para uma área ainda em desenvolvimento no país? “Em geral, as pessoas que migram para o Terceiro Setor estão em busca de um trabalho com sentido. Você quer trabalhar por uma causa, ou por algo que tenha um fim interessante mesmo. Aí, abre-se mão de uma série de coisas objetivas, uma delas sé o salário, em alguns casos, em troca dessa outra coisa, que é esse trabalho que faz sentido na sua vida”, explica Mariana.

Porém, segundo Waldir Mafra, parte da direção da regional São Paulo da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), “é preciso deixar claro que nas organizações sem fins lucrativos encontramos os mesmos problemas que nas empresas ou setor público, há disputa de espaço, estresse e pressão para resultados. Trabalhar nas instituições sem fins lucrativos é também penoso, sem falar que há uma clara diferença salarial entre os setores. O que nos anima é

o resultado de nosso esforço, que muitas vezes tem a ver com o bem-estar de pessoas e comunidades, e isso acaba por contar mais do que o salário ou os benefícios normalmente oferecidos pelas empresas”.

Área social movimentada a Economia

Em pesquisa de Lester Salamon envolvendo 40 países feita em 2008, demonstrou-se que as ONGs já movimentam o equivalente a US\$ 1,9 trilhão por ano no mundo. Se fosse um país independente, o Terceiro Setor teria sido a oitava maior economia do planeta no período abordado pela pesquisa, levando em consideração esses 40 países. Outro levantamento mostra que as ONGs movimentam cerca de R\$ 35 bilhões por mês só com o pagamento de salários – que, por sinal, segundo Salamon, já estão se aproximando dos salários pagos na iniciativa privada. Nos Estados Unidos, um trabalhador do Terceiro Setor recebe, em média, US\$ 627 por semana,



em comparação a US\$ 669 no setor privado. No Brasil, os trabalhadores da área social ganham aproximadamente 3,8 salários mínimos por mês (R\$ 1.940,00, em valores atuais), o que corresponde a 3,2% a mais que a média nacional. “A crença de que os trabalhadores do Terceiro Setor ganham menos que seus colegas do setor privado é, hoje, na melhor hipótese, uma meia-verdade”, conclui Salamon.

Outro fator que se destaca na área social atualmente é a empregabilidade diversificada que, segundo a Fasfil, reflete as diferenças na abrangência do atendimento e na complexidade dos serviços prestados. O grupo de entidades de Educação e Pesquisa que faz parte do estudo representa apenas 5,9% das Fasfil, mas concentra 29,8% do total de trabalhadores. Mais especificamente no grupo da Educação, há muito mais empregados no subgrupo de Educação Superior, já que aproximadamente 2 mil universidades empregam 239,7 mil trabalhadores (14% do total).

Já na área da Saúde, observa-se o mesmo fenômeno. Em 4.464 entidades trabalham 415 mil pessoas. Existe uma grande diferença entre a proporção do pessoal ocupado assalariado nos hospitais e nas entidades que prestam outros serviços de saúde. Estas representam mais da metade das entidades do setor (53,7%) e absorvem apenas 13,2% dos profissionais de saúde.

Outro fator que caracteriza o Terceiro Setor brasileiro é a distribuição das entidades – 80,4% das Fasfil se encontram nas regiões Sudeste e Sul do país. Da mesma forma, essas regiões concentram também o maior número de trabalhadores – 35,1% do total. No Norte e Nordeste, há forte presença de entidades religiosas e de defesa de direitos dos cidadãos, que são as que menos empregam. Para se ter uma ideia, nessas duas regiões existem apenas 346 hospitais e 363 universidades ou faculdades, enquanto no Sul e Sudeste são 1.623 hospitais e 1.609 universidades ou faculdades.



Embora o Terceiro Setor seja uma área em franco desenvolvimento, ainda não são tão valorizadas pela sua importância para a sociedade. “Veja que não há quase incentivos fiscais para quem deseja fazer doações para essas entidades, são elas que chegam onde o Estado não chega, são elas que, muitas vezes, orientam com seu trabalho a formulação de políticas públicas. São um instrumento legítimo de fortalecimento da democracia e, assim mesmo, têm de se virar como podem para se sustentar, são guerreiras, tiram leite de pedra aqui no Brasil. Nos Estados Unidos e outros países mais industrializados, isso não é assim. Precisamos chegar num ponto em que o Estado reconheça definitivamente a importância e o impacto do trabalho dessas organizações e incentive de forma efetiva as doações para essas entidades”, conclui Maфра.

Mercado de trabalho

Ao começar a busca pelo emprego, hoje em dia, não há apenas a opção de buscar a iniciativa privada, o setor público ou de abrir um negócio próprio. Agora, o emprego nas instituições do Terceiro Setor se tornou parte das opções no momento de se escolher o que fazer. Além disso, a área social se tornou também um campo de migração de profissionais já estabelecidos em outras áreas, que consideram esta uma forma de se fazer algo pela sociedade.

Para Mariana, que dá consultoria a organizações menores, “a primeira coisa importante é conseguir profissionais bons, com experiência, que tragam para o Terceiro Setor algumas ferramentas que já estão mais desenvolvidas e implementadas no setor privado. Claro que é necessária alguma adaptação, mas o uso de modelos é fundamental para o desenvolvimento desse setor. E aí, para conseguir atrair talentos mesmo, é necessário que se invista em recursos humanos, o que é uma linha de investimento ainda muito pouco valorizada no Brasil”, explica.

Assim, os profissionais requisitados para as vagas na área normalmente precisam ter formação superior,

não necessariamente em alguma área específica, mas com habilidades diversas que possam colaborar com o trabalho de redação de projetos sociais, captação de recursos, relações com parceiros, domínio de ferramentas de informática, conhecimento de outras línguas etc.

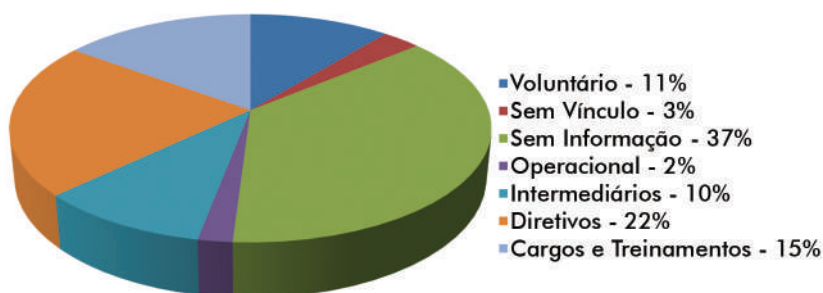
No estudo *O Terceiro Setor como Mercado Profissional*, de Lucia Helena Alves Muller, Marcia Cristina Alves, Décio Soares Vicente e Pablo de Oliveira Gonçalves, publicado pela Civitas, revista de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), foram analisados os sites do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), que trazem oportunidades de trabalho no setor social. O grupo analisou um total de 1.097 vagas disponíveis entre março de 2004 e fevereiro de 2006.

A pesquisa definiu diferentes cargos referidos nos anúncios com a seguinte classificação:

- Cargos diretivos: diretor, gerente, gestor, superintendente, coordenador, oficial, supervisor, chefe e subdiretor;
- Cargos intermediários: assessor, assistente, assistente executivo, auditor interno, auxiliar, instrutor, secretário executivo, analista e controlador;
- Cargos operacionais: auxiliar, técnico e agente;
- Cargos de treinamento: estagiário, bolsista, monitor e trainee;
- Voluntários: trabalho sem remuneração;
- Sem vínculo: consultor, colaborador, divulgador e pesquisador;
- Sem informação: não identificam um cargo específico para o profissional requerido.

De acordo com essa classificação, a pesquisa identificou que a maioria das vagas oferecidas não especificava o cargo (37%). Porém, é elevada também a busca por cargos diretivos (22%), ou seja, existe uma hierarquização do trabalho nas organizações sociais e também o crescimento da busca por profissionais qualificados. Da mesma forma, 15% das vagas eram destinadas aos cargos de treinamento, fato que demonstra que o Terceiro Setor compõe, de fato, um novo ramo de trabalho para aqueles que estão cursando o ensino superior ou que acabaram de se formar.

Outra característica marcante encontrada no estudo é que, nos anúncios, há mais de uma opção para a mesma vaga, sendo que nem sempre pertencem à mesma área. Outra parte significativa dos anúncios (24% das referências) não especifica a formação exigida para



os candidatos. Porém, muitos exigem domínio de alguma ferramenta específica de informática ou habilidades, como artesanato, música e esporte.

Em relação à formação, existe grande demanda por profissionais de serviço social, ciências sociais, direito, história e relações internacionais. Comunicação e publicidade também são áreas procuradas para atuação no Terceiro Setor, assim como a administrativa e a financeira. Os autores chegaram à conclusão de que essas informações reforçam a hipótese de que “o campo do Terceiro Setor está se conformando como um campo concorrencial, no qual as organizações têm que atuar de forma estratégica, mostrando-se eficientes na captação e gestão dos recursos e buscando reconhecimento e visibilidade frente à sociedade para garantirem sua sobrevivência”.

A busca por profissionais graduados demonstra que a exigência e a procura por pessoas qualificadas que aprimorem o trabalho das instituições está crescendo. Até pessoas com formação técnica têm espaço. Na pesquisa, foram encontradas vagas na área de engenharia, estatística, desenho industrial e ciências exatas em geral, assim como profissionais da área ambiental, de saúde e artes.

Formação profissional

O estudo *O Terceiro setor como Mercado Profissional* selecionou, ainda, as exigências citadas nos anúncios. Segundo os autores, “organizados dessa forma, os dados expressam muito mais o perfil do profissional que é valorizado pelas organizações do campo do Terceiro Setor do que a caracterização desse mercado de trabalho em termos quantitativos”. As exigências mais citadas foram:

- Qualificação técnica: avaliar relatórios, ter conhecimento de legislação, ter carteira de habilitação, ter conhecimentos em informática, noções de contabilidade, noções de língua inglesa etc.
- Competência: boa comunicação, articulação, redação, capacidade de trabalhar em equipe, criatividade, paciência, dinamismo etc.
- Disponibilidade: horário, residir em outra cidade, viagens, trabalhar em casa etc.
- Domínio de novas tecnologias sociais: inclusão digital, comunicação comunitária, especialização em mobilização de recursos, marketing social, cidadania, indicadores sociais, políticas públicas etc.
- Motivação e interesses: afinidade com movimentos sociais, compromisso com a mudança social etc.



- Características pessoais: ser solteiro, morar no local, não ter filhos menores, ser portador de necessidades especiais etc.
- Nível de escolaridade: segundo nível do curso superior, cursando a graduação.
- Outros: possuir notebook, veículo próprio.
- Sem informação.

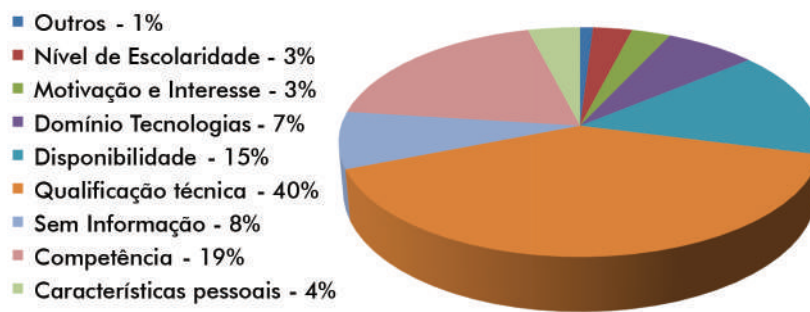
Os dados mostram que os indivíduos que quiserem ingressar como profissionais no campo do Terceiro Setor devem apresentar alguns requisitos, em especial no que se refere à qualificação técnica, que aparece em 40% das ocorrências. Nessa categoria, estão incluídas qualificações mais generalistas, como possuir conhecimentos na área da informática, dominar ferramentas de administração e finanças (gestão, contabilidade, vendas), dominar idiomas estrangeiros, algum tipo de legislação específica, ter formação

para o magistério etc. Mas também aparecem exigências de qualificações mais específicas, como dança, desenho, ou, ainda, algum tipo de especialização, como: conhecimentos na área da saúde reprodutiva ou sobre espécies marinhas. Isso demonstra que o campo do Terceiro Setor está se constituindo como um espaço de trabalho muito diversificado e qualificado para o qual profissionais com perfis e trajetórias muito variados podem se dirigir.

Por outro lado, mesmo nos anúncios que buscam profissionais com qualificações tradicionais, já aparece a

exigência de domínio das chamadas “novas tecnologias sociais”, ou seja, das qualificações que podem ser consideradas típicas do “Terceiro Setor”. Elas aparecem em 7% das ocorrências.

No que se refere às exigências específicas, 19% das que aparecem nos anúncios conformam um perfil profissional com características e habilidades para se adequar a ocupações flexíveis e adaptáveis às demandas de um mercado. ↻



Cursos de especialização em Terceiro Setor

Com a crescente demanda por profissionais na área, muitos cursos de pós-graduação e treinamentos voltados à gestão do Terceiro Setor surgiram no Brasil. Conheça alguns deles:

Pós-graduação *Lato Sensu*

MBA Gestão do Terceiro Setor (Instituto Paulista de Educação Continuada): O curso é destinado a graduados de qualquer área do conhecimento, com atuação profissional voltada às questões sociais e ambientais. Entre as disciplinas, estão: ambiente econômico e Terceiro Setor; planejamento estratégico de projetos sociais; fontes de financiamento e captação de recursos; ética; voluntariado e responsabilidade, entre outras.
www.ipeceeduc.com.br

MBA em Gestão e Empreendedorismo Social (Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor): O objetivo do curso é formar empreendedores e gestores para assumirem iniciativas sociais em organizações do Terceiro Setor ou em áreas de responsabilidade social de empresas e órgãos públicos.
www.ceats.org.br

Pós-graduação em Gestão do Terceiro Setor (Centro Universitário Adventista de São Paulo): O curso modular é voltado para profissionais que atuem ou tenham interesse em atuar no Terceiro Setor. O objetivo do curso é capacitar os participantes para a elaboração, negociação, gestão e avaliação de projetos sociais.
www.unasp.br

Pós-graduação em Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo): Dividida em cinco módulos (Gestão de Pessoas e Comunicação Colaborativa no Terceiro Setor; Gestão de Projetos Sociais; Marco Legal, Captação de Recursos e Gestão de Parcerias; Cidadania, Ética e Rede de Cooperação; e Monografia), a especialização tem o objetivo de aproximar a teoria e a prática no que diz respeito à gestão na área social.
www.cogeaepucsp.br

Instituições se unem na luta contra o câncer infantojuvenil

Segundo estimativas do Instituto Nacional do Câncer (Inca), podem ser esperados para o biênio 2010/2011 14.678 casos novos de câncer em crianças e adolescentes no Brasil. Apesar de parecer pouco significativo, se comparado ao câncer do adulto, o câncer é a segunda causa de morte na faixa etária de 5 a 19 anos, ultrapassada apenas pelos óbitos por causas externas, segundo dados do Datasus.

Em países desenvolvidos, o câncer pediátrico é a segunda causa de óbito entre 0 a 14 anos, atrás apenas dos acidentes. Atualmente se destaca como a mais importante causa de óbito nos países em desenvolvimento.

Diante desse grande desafio, em 2008 46 instituições de apoio e assistência à criança e ao adolescente com câncer se uniram e criaram a Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (Coniacc), que representa a concretização de um sonho de anos das lideranças do movimento na luta contra o câncer infantojuvenil.

Por meio da Coniacc surge uma nova abordagem do papel das instituições, ancoradas por uma visão de futuro, reconhecendo a responsabilidade de sua liderança para proporcionar melhor qualidade de vida e dignidade. Minimizam a dor e o sofrimento dos pacientes, criam e articulam soluções para integrar as instituições, por meio do estímulo de políticas públicas, fortalecimento institucional e parcerias, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos assistidos.

Graças ao engajamento, ao esforço, à dedicação e à integração de seus dirigentes, a Coniacc possui representatividade na maioria dos Estados do Brasil com um propósito bem definido: estimular e apoiar, com uma

rede de ações em todos os níveis da sociedade, um olhar mais sensível para a criança e o adolescente com câncer e suas famílias.

Diagnóstico precoce – quanto mais cedo, melhor

O câncer na infância possui causas diferentes do câncer do adulto, ou seja, enquanto nos adultos os fatores externos como tabagismo, tipo de alimentação, tipo de trabalho, entre outros, podem causar câncer, na criança, o fator genético (alteração genética que a criança possui em seu DNA) atua como o principal determinante dessa patologia, junto com os fatores ambientais e neonatais (tudo a que a mãe expõe seu bebê na vida gestacional).

Portanto, para o câncer infantojuvenil não há uma causa específica para que se possa atuar de forma preventiva. O diagnóstico precoce é a principal arma para essa patologia, ou seja, quanto mais cedo o câncer for diagnosticado em uma criança, maiores serão suas chances de cura com um mínimo de sequelas pós-tratamento. Para conseguir esse diagnóstico precoce, é preciso que todos os profissionais, médicos e não médicos que atuam com crianças, conheçam os principais sinais e sintomas. Hoje, sabemos que, de um modo geral, quando um caso de câncer infantil é diagnosticado precocemente, as chances de cura ficam em torno de 70%.

Os principais tipos de neoplasias na infância são a leucemia (câncer da medula óssea), os tumores do sistema nervoso central e, em seguida, os linfomas (tumores do sistema linfático).



A Arte do Cuidar

Cuidados Paliativos no tratamento de crianças hospitalizadas

Por Juliana Fernandes

Elas são pequenas, mas já enfrentam diariamente a dura rotina hospitalar. Muitas vezes, essa atmosfera é potencializada pela ruptura de atividades cotidianas, como ir à escola, brincar com os amigos e estar em contato com seus familiares. Além do sofrimento físico causado pela doença, há também o sofrimento psicológico e espiritual que acomete não só o paciente, mas toda a família.

Para melhorar a qualidade de vida e, sobretudo, o bem-estar dessas pessoas, criou-se uma filosofia humanitária baseada no cuidar. Os Cuidados Paliativos, como foram denominados, são ações não-curativas que agregam suporte individual e familiar aos portadores de doenças crônicas e degenerativas.

Durante muito tempo, o conceito foi usado para caracterizar “a fase quando a equipe médica não tinha mais o que oferecer para esse paciente”, conforme explica a superintendente de enfermagem do Instituto de Oncologia Pediátrica do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC), Carla Gonçalves Dias. Mas, em 2002, com a redefinição do conceito pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a abordagem passou a ser aplicada a partir do diagnóstico e também no decorrer de todas as fases do tratamento.

Entre os princípios fundamentais estão: oferecer um sistema de apoio para ajudar o paciente a viver de forma ativa; administrar a dor e seus sintomas; e, ainda, integrar aspectos psicológicos e espirituais ao

tratamento. “Você fazer uma massagem com creme hidratante para quem não está conseguindo sair da cama ou colocar um paciente em uma cadeira de rodas para ele sentir a brisa do vento... Isso é paliativo, mas tem um efeito instantâneo, e é disso que estamos falando”, afirma Dias.

A Academia de Pediatria Americana ainda propõe um modelo de assistência paliativa baseada na atenção aos cuidadores, no respeito à dignidade dos pacientes e familiares, no acesso a serviços competentes e na melhoria do suporte profissional e social, além do progresso contínuo de pesquisas sobre o assunto.

No Brasil, os principais serviços de Cuidados Paliativos são encontrados no Hospital Emílio Ribas (SP), no Instituto Nacional do Câncer (Inca-RJ), no Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE-SP), no Grupo Interdisciplinar de Suporte Terapêutico Oncológico do Hospital Erasto Gaertner (PR), no Centro de Estudos e Pesquisas Oncológicas (Cepon-SC), no Hospital do Câncer de Barretos (SP), no Hospital Costa Cavalcante, em Foz do Iguaçu (PR), no Hospital do Câncer, em Londrina (PR), entre outros.

Ações Paliativas

Os Cuidados Paliativos são otimizados quando associados à reintegração do paciente. O objetivo é que a criança não viva em função de sua doença ou se torne uma pessoa isolada. Assim, são agregadas diversas atividades terapêuticas ao tratamento curativo. As iniciativas, de caráter lúdico, contribuem para o bem-estar

Quando acabamos a faculdade de Medicina, nós temos um juramento. Curar sempre que possível, mas cuidar sempre, em todas as ocasiões, e o paliativo é o resgate da arte do cuidar”

dos envolvidos e colaboram com a humanização do ambiente hospitalar.

A maioria dessas ações é promovida pelas organizações não-governamentais. A ex-presidente da Academia Nacional de Cuidados Paliativos, dra. Silvia Barbosa, avalia positivamente essa atuação. Segundo ela, “as ONGs permitem que a criança viva sonhos, participe e partilhe para sempre estar inserida e se sentir criança de novo”.

Felizmente, não faltam organizações dispostas a atuar pela causa. A Make-a-Wish Brasil, por exemplo, realiza desde 2008 desejos de crianças com enfermidades graves com o objetivo de levar alegria, esperança e força a todos os que participam do processo. De acordo com a diretora da ONG, Lêda Tânnus, há uma melhora visível nas crianças atendidas. Médicos e responsáveis destacam alterações como abolição da dor, mudanças no estado emocional e alívio dos sintomas causados pela doença.

Adriana Araújo Nunes, mãe de uma das crianças atendidas pela Make-a-Wish, ainda ressalta que a ação traz ânimo e vivacidade à criança. “O sonho não tira a doença, mas mostra que vale a pena lutar e que existem coisas maravilhosas no mundo”. Ela também acrescenta que a realização do desejo ameniza o sofrimento e marca de forma positiva uma fase tão difícil na vida de todos.

Já a contadora de histórias da Associação Viva e Deixe Viver, Irene Tanabe, acredita que as ações paliativas realizadas no ambiente hospitalar também

O impacto das histórias sobre a criança com câncer:

66%

das crianças melhoraram o humor e o estado emocional;

46%

melhoraram a interação com médicos, acompanhantes e outras crianças;

60%

dos pacientes que estavam apáticos começaram a brincar e andar pelos corredores;

60%

das crianças tiveram melhora no apetite.

colaboram com o trabalho da equipe médica. “Muitas vezes eu chego para contar história, a enfermeira vai trocar o soro e fala: ‘Fica, Fica!’, porque, naquele momento, a criança viaja por um mundo de imaginação e consegue sair, por alguns minutos, daquele ambiente que é tão rude para ela”, afirma.

Humanização hospitalar

A preocupação paliativa também pode ser observada no que se refere aos espaços físicos. Em 2005, a lei federal nº 11.104 obrigou todos os hospitais pediátricos a instalarem brinquedotecas. O espaço, provido de brinquedos e jogos educativos, é destinado a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar.

Algumas pesquisas foram desenvolvidas nos últimos anos para avaliar a importância dessa atividade. Uma delas avaliou a influência do brinquedo sobre o comportamento da criança recém-hospitalizada, dividindo os pacientes em dois grupos: crianças submetidas e não submetidas aos brinquedos terapêuticos.

Os resultados mostraram que, ao brincar, a criança estabelece uma maior interação com as pessoas, movimenta-se, demonstra iniciativa, atenção e independência, além de manter contatos visuais, reagir ao que vê e expressar sentimentos e alegria ao responder a estímulos e solicitações da equipe médica.


Já as crianças não submetidas aos brinquedos demonstraram inquietação, pouca iniciativa e dependência em suas ações. Aparentaram ainda tristeza, evitaram contatos visuais e verbais e, algumas vezes, não responderam aos estímulos.

De acordo com a coordenadora da brinquedoteca

do GRAAC, Patrícia Pecoraro, o objetivo desse espaço é a humanização do tratamento e do atendimento, e “não apenas um lugar que você põe um monte de brinquedos e vai embora. A gente também tem uma capacitação da oficina lúdica da Universidade de São Paulo, que dá toda a teoria do que é uma brinquedoteca”, explica.

Cuidar sempre

Embora não tenha caráter curativo, todos esses cuidados mostram a preocupação em minimizar os impactos sociais, psicológicos e espirituais que afetam as crianças e seus familiares durante o processo de tratamento da doença. Além disso, colaboram de forma considerável para que o hospital seja um ambiente mais humanizado.

“Quando acabamos a faculdade de Medicina, nós temos um juramento. Curar sempre que possível, mas cuidar sempre, em todas as ocasiões, e o paliativo é o resgate da arte do cuidar”, finaliza a Dra. Silvia Barbosa. 

Os Cuidados Paliativos, como foram denominados, são ações não-curativas que agregam suporte individual e familiar aos portadores de doenças crônicas e degenerativas.

O efeito da utilização do brinquedo terapêutico, pela enfermeira pediatra, sobre o comportamento de crianças recém-hospitalizadas. Revista da Escola de Enfermagem da USP (1991).

Links

www.graacc.org.br
www.makeawish.org.br
www.paliativo.org.br
www.vivaedeixeviver.org.br

A gente não usa a palavra verde. Isto é greenwash.

Mensagem,
branding e design
em sustentabilidade.

parceria
www.sapiendesign.com.br



www.sustente.org
sustente@sustente.org





Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia



GHG Protocol

Você está por dentro do assunto?



Fernando Credidio

fernandocredidio@sustente.org

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.



Joana Mao

joanamao@sustente.org

Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.

Sobre aquecimento global, todos já ouviram falar. Devem ter percebido que esse tema mais preocupa do que modifica alguma coisa no cotidiano. Paradoxalmente, a sociedade – a mais interessada na reversão da situação – parece ainda passiva diante do problema no dia a dia.

Naturalmente, existe uma parcela grande de responsabilidade da iniciativa privada e do poder público no equacionamento dessa questão. Mas é verdade também que esses setores são motivados por prioridades, que são – ou deveriam ser – ditadas pela voz dos cidadãos. Enquanto o aquecimento global não estiver na ordem do dia, especialmente das populações dos grandes centros urbanos, gerando polêmica, determinando escolhas de consumo e norteando a opinião pública a respeito da reputação das empresas, decerto a questão não encabeçará o topo da lista de transformações que almejamos para o mundo.

Na edição passada, e nesta mesma seção, no artigo *Do Verde à Verdade*, abordamos a pesquisa da publicação *Uma Nova Era de Sustentabilidade: Estudo Pacto Global-Accenture 2010*, que revelou a opinião de 766 presidentes de empresas, estabelecidas em 100 países, de diversos setores da economia. A análise aponta como primeira ação necessária para preparar o negócio para uma nova era de sustentabilidade a questão da informação aos consumidores.

Felizmente, as possibilidades de acesso às informações estão surgindo. O GHG Protocol é uma delas, constituindo-se atualmente, no Brasil e no mundo, na mais eficaz ferramenta de cálculo capaz de quantificar, relatar e gerenciar as emissões de gases de efeito estufa (GEE), os principais vilões do aquecimento global.

Há várias metodologias para fazer essa conta, que não é lá das mais fáceis. A mais utilizada no mundo hoje é a do GHG Protocol, ferramenta que possibilita acesso à informação de emissão de carbono de empresas que, voluntariamente, se dispõem a submeter seus processos para avaliação de emissão de GEE.

O GHG Protocol foi desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI), em parceria com o World

Business Council for Sustainable Development (WBCSD), e chegou ao Brasil pelas mãos do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), oferecendo uma estrutura modular e flexível para a contabilização de GEE.

A ferramenta veio ao encontro da necessidade das empresas devido à recente tomada de consciência sobre a real dimensão das mudanças climáticas perceptíveis em todo o mundo. Permite às organizações criarem uma estratégia consistente para o gerenciamento de suas emissões de gases de efeito estufa. Ela já se encontra adaptada à realidade brasileira e é útil para todos os setores da economia.

A metodologia do GHG Protocol é compatível com as normas ISO e as metodologias de quantificação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Além disso, as informações geradas podem ser aplicadas aos relatórios e questionários de iniciativas, como o Carbon Disclosure Project, o Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e a Global Reporting Initiative (GRI).

Apesar de a integralidade ser um princípio-chave para a contabilização e a publicação de um relatório no Programa Brasileiro GHG Protocol, para se voluntariar a participar do programa não é preciso, necessariamente, submeter o relatório de sua operação na íntegra. As empresas podem optar por apresentar um relatório de GEE apenas de um subgrupo de suas operações, fontes e/ou gases.

Para diferenciar os níveis de adesão à ferramenta, sendo parcial ou integral, o GHG Protocol confere um reconhecimento em três níveis para as empresas. Aquelas que submetem sua operação parcialmente são reconhecidas com o nível “bronze”. As que submetem toda a sua operação são qualificadas como “prata”. E aquelas que, além de cumprir todos os requisitos para o enquadramento na categoria “prata” ainda disponibilizam seus relatórios para serem verificados por uma terceira parte independente, de acordo com as regras do Programa Brasileiro GHG Protocol, têm reconhecidos seus inventários como “ouro”.

As empresas têm se mostrado receptivas à participação, uma vez que recebem treinamento em metodologias de cálculo, publicação e divulgação. Dessa forma, contribuem para a formulação de políticas públicas, encontram vantagem competitiva em razão da sustentabilidade de seu negócio, melhoram o relacionamento com os públicos de interesse, passam a se adequar a padrões e relatórios internacionais de sustentabilidade e podem ingressar no



É importante salientar que as empresas participantes do GHG Protocol não são apenas aquelas que têm a “cara limpa” para mostrar, ainda que, em princípio, somente as organizações que se sentem seguras têm mostrado seus quadros

mercado de crédito de carbono, além da própria preservação do registro histórico dos dados sobre GEE para eventuais regulações a serem adotadas no futuro.


É importante salientar que as empresas participantes do GHG Protocol não são apenas aquelas que têm a “cara limpa” para mostrar, ainda que, em princípio, somente as organizações que se sentem seguras têm mostrado seus quadros.

Cabe à sociedade dar a devida importância a esse tipo de informação, de tal modo que se torne uma tendência mandatória para as empresas na conquista de mercados, na reafirmação de sua reputação e na cooptação da confiança dos consumidores, cada vez mais informados, conscientes e ativos. Deseja-se, dessa forma, que o GHG Protocol estabeleça uma cultura de inventários corporativos no país por se tratar de uma ferramenta neutra em políticas e programas e, mais importante, baseada em um amplo processo de consulta pública.

Como horizonte dessa nova cultura acerca da informação sobre os impactos das atividades do mercado no clima, espera-se que esses dados sejam cruzados de

maneira a gerar um quadro complexo sobre as operações. E que, assim sendo, possamos ter uma visão ampla da situação ao nosso redor, sabendo onde, quando e como atuar, e de que forma começar. Mais do que números, ansiamos saber como os impactos ambientais retratados se dinamizam com o entorno. A partir disso, “o pensar globalmente e o agir localmente” será colocado em prática, quando cada cidadão passar a exercer seu papel político e social, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

O processo de implantação do programa no Brasil vem acontecendo desde 2008. Em junho de 2010, foi realizado o evento anual do Programa Brasileiro GHG Protocol. Na oportunidade, foram divulgados 35 novos inventários corporativos de GEE e foi lançado o primeiro Registro Público de Emissões no Brasil. Dar prosseguimento a essa ideia é estabelecer uma cultura de consulta e discussão a respeito dos relatórios produzidos.

Sua empresa também pode se integrar ao Programa Brasileiro GHG Protocol e fazer parte do seleto grupo de organizações que estão dando um passo à frente na economia do baixo carbono. 

Link 

www.ghgprotocolbrasil.com.br



Um programa de **doações** como o nosso se consolida com a sua **participação**

Aumente a eficiência de sua organização através do programa de doações de licenças da TechSoup. Parceiros doadores como Microsoft, Symantec e SAP disponibilizam vários softwares gerando mais produtividade, segurança e gestão para a sua organização.

Para mais informações acesse o site: www.techsoupbrasil.org.br, ou envie um email para suporte@techsoupbrasil.org.br

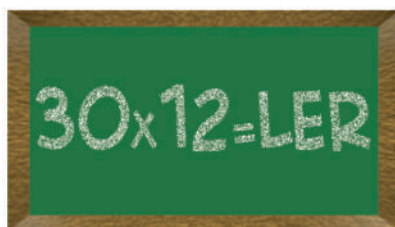
 **techsoup**
BRASIL 

Dividir conhecimento para multiplicar oportunidades

Andréia Tenório dos Santos
Alfabetizadora da Alfabetização Solidária

Robson Martins da Silva
Aluno da Alfabetização Solidária

Com apenas R\$ 30,00 por mês durante 12 meses, você adota um aluno. A AlfaSol já atendeu mais de 5 milhões de pessoas e capacitou cerca de 254 mil alfabetizadores em mais de 2,4 mil municípios brasileiros. Escreva essa história de sucesso no seu coração!



Ligue **0800 727 17 21**
www.alfasol.org.br

A reforma ortográfica, bitucas e sustentabilidade



Livio Giosa

ires@institutoadvb.org.br

Presidente do Centro Nacional de Modernização Empresarial (Cenam), presidente em exercício da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) e do Instituto ADVB de Responsabilidade Socioambiental (IRES).

É para refletir. O que têm em comum essas palavras do título do artigo? Vamos por partes. Primeiro, a definição. Sustentabilidade é um princípio de uma sociedade que mantém as características necessárias para um sistema social justo, ambientalmente equilibrado e economicamente próspero por um longo período de tempo.

Com esse entendimento, pressupõe-se a nova posição da sociedade sobre o tema em si e sobre a questão dos impactos das mudanças climáticas.

São mais do que notórias as alterações constantes, concretas e sérias que o clima vem demonstrando. O aquecimento global, à luz do aumento das emissões de CO₂, nos leva a novas atitudes individuais e coloca em jogo a necessidade imediata de mudanças de comportamento frente a esses impactos. E aí, uma coisa puxa a outra.

Veja e avalie essas duas situações:

Com a reforma ortográfica, centenas de milhares de livros de português estão condenados ao desuso. O que fazer com eles? Não dá para doar (pois não servirão para estudo), não dá para lê-los em salas de aulas ou séries. Realmente, não dá mais para utilizá-los. O que foi feito, então, desse imenso material? Foi tudo para o lixo!

Pouquíssima preocupação com a reciclagem, a destinação final dos exemplares que viraram resíduos não foi aproveitada na quase totalidade dos municípios do Brasil. Cena comum, que teve atenção e tristeza dos poucos preocupados com o meio ambiente e nenhuma atenção dos executivos públicos e sua gestão sustentável.

Por outro lado, a proibição do fumo nas áreas fechadas, por meio de lei em vigor no Estado de São Paulo,

teve um fim comum a todos os fumantes: quem praticar o vício, que o faça lá fora!

E aí, quem se prejudicou foram as cidades. Nunca se viu tantas bitucas de cigarros no chão! E o pior é que agora elas se concentram em quantidades incalculáveis em pontos comuns: portas de bares, restaurantes, shoppings, estações, prédios comerciais e outros locais de grande concentração.

A conclusão a que queremos chegar é que a questão da sustentabilidade deve, imediatamente, assumir uma condição prioritária na vida das pessoas e, principalmente, dos agentes públicos

O que antes estava disperso nas calçadas e sarjetas das ruas agora provoca muitos problemas. Sujeira total que se multiplica na chuva, estufando e entupindo todos os bueiros próximos. Não há nenhuma atenção para minimizar essa constatação, nem processo de reciclagem e nem uma criativa forma de destino, guarda e reuso desses resíduos.

A conclusão a que queremos chegar é que a questão da sustentabilidade deve, imediatamente, assumir uma condição prioritária na vida das pessoas e, principalmente, dos agentes públicos.

O livro e a bituca são duas amostras simples do quanto a falta de políticas públicas e conscientização da sociedade acabam influenciando o nosso dia a dia, mexendo com as nossas zonas de conforto e nos levando a novas escolhas, as quais darão o sentido exato da nossa vida que pode, sim, ser sustentável.

É o poder que temos de enxergar que novas atitudes deverão ser tomadas imediatamente para minimizarmos os impactos de nossas ações em relação ao meio ambiente e às emissões de carbono. Só assim teremos a certeza de estar abraçando a causa e tentando proporcionar um novo modelo de vida em sociedade.

E aí, certamente, os nossos filhos e netos, herdeiros do futuro, agradecerão.

65 anos da ONU

A grande importância de seu papel histórico está ameaçada pela falta de democracia interna



elaboreseuprojeto.blogspot.com

Sociólogo, ensaísta e professor. Membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e mestrando em Relações Internacionais.

Fundada em 24 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) completou 65 anos. Sua atuação tem sido expressiva para a manutenção do equilíbrio mundial, contribuindo para a não-propagação de conflitos regionais e a não-deflagração de um novo conflito mundial. Ao mesmo tempo, tem elaborado e executado políticas econômicas e sociais exemplares. Seu poder, no entanto, encontra-se fragilizado devido a resistências de seus próprios fundadores: os Estados Soberanos.

Estrutura da ONU

Como se sabe, a ONU não é uma organização governamental, mas sim intergovernamental, criada ao final da Segunda Guerra Mundial para, principalmente, manter a paz e o desenvolvimento. É composta por 192 países, cujos princípios estão enunciados na Carta da ONU. Sua estrutura básica é constituída por seis órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Tribunal Internacional de Justiça e Secretariado.

Apesar de sua instância máxima ser a Assembleia Geral, quem de fato tem mandado são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.

Outro espaço fundamental é o Secretariado. Dele faz parte o secretário-geral, funcionário mais importante da ONU. O atual é o sul-coreano Ban Ki-Moon, que tem a função de coordenar a pesada administração da entidade. Apesar de poder influenciar o mundo com suas declarações e, inclusive, propor intervenções militares, muitas vezes se encontra preso por limitações infligidas pelos membros permanentes do Conselho de Segurança, do qual depende para ser eleito e reeleito.

O funcionamento de organizações mundiais como a ONU é de fundamental importância na medida em que não existe um Estado Mundial para regular e fiscalizar as relações entre os países. Mesmo que a ONU não possa, em última análise, obrigar um Estado Nacional

a uma determinada ação, suas deliberações têm merecido atenção e respeito pela maior parte dos seus Estados-Membro.

Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço

A exceção fica por conta dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que são o seu principal financiador, arcando com 25% de seu orçamento, têm desrespeitado importantes decisões do Conselho de Segurança da ONU, órgão do qual são um dos cinco membros permanentes. Talvez o mais significativo exemplo seja a invasão do Iraque em 2003, frontalmente contrária à resolução do Conselho.

A Carta das Nações Unidas, seu principal documento, afirma, no artigo 39, que o “Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas (...)”. Isto é, além de ir contra a decisão do Conselho, os EUA também não respeitaram o texto básico e de fundação da ONU. Devido à sua hegemonia especialmente militar e, ainda, econômica, os EUA acabam passando por cima de decisões internacionais da organização quando lhes é conveniente.

No último dia 26 de outubro, a Assembleia Geral da ONU aprovou o fim do bloqueio comercial e financeiro contra Cuba, imposto unilateralmente pelos EUA desde 1962. Foram 187 votos pela aprovação, dois contra (EUA e Israel) e três abstenções. É a 19ª vez que o órgão aprova o fim do bloqueio, sempre solenemente desprezados pelo governo norte-americano.

Reformas urgentes

Esses casos servem para demonstrar a urgente necessidade de reformas institucionais e organizativas da ONU com o objetivo de democratizar suas instâncias consultivas e deliberativas. Apesar de discutidas desde pouco

depois de sua criação, nunca avançaram. Atualmente, por exemplo, há um grupo de trabalho discutindo a reforma do Conselho de Segurança. Composto somente por 15 membros, sendo cinco permanentes (EUA, China, França, Reino Unido e Rússia), não reflete mais a realidade econômica e a política mundial. Não considera os países emergentes, como o Brasil e a Índia, e muito menos os outros países em desenvolvimento. Caso não haja mudanças, a ONU corre sério risco de perder sua legitimidade, ou seja, o status de governança global, já abalado, tornando-se uma entidade pró-forma, pusilânime e perdulária (o orçamento de 2010-2011 é de US\$ 5,06 bilhões).

Entre as propostas em discussão está a constituição de um Conselho de Segurança sem membros permanentes, eleitos periodicamente entre aqueles países que contribuem para as atividades da ONU.

As entidades não-governamentais e a ONU

Ao longo dos últimos 65 anos, o mundo mudou bastante. Hoje, os atores internacionais não são somente os Estados Nacionais, mas também entidades não-governamentais, com profunda atuação internacional, sejam lucrativas ou não. É o caso das empresas multinacionais, das Federações Sindicais Mundiais e das ONGs globais (financiadores e/ou executores).


Convivemos com multinacionais cujas receitas são maiores do que os orçamentos da maior parte dos países, entidades sindicais mundiais que representam e negociam por dezenas de milhões de trabalhadores, além de ONGs financiadoras e executoras de projetos sociais com recursos maiores do que grande parte das políticas públicas. Nesse cenário globalizado, fica impossível não reconhecer a influência e a atuação dos atores não-governamentais.

Em relação ao Terceiro Setor, há vários exemplos: Greenpeace, Fundação Friedrich Ebert Stiftung, Oxfam, Care, Save the Children, Fundação Ford, Fundação Kellogg, Fundação Rockefeller, Fundação Shell; além da maior de todas, a multibilionária Fundação Bill & Melinda Gates.

Multilateralismo e diversidade de atores

A democratização da ONU por meio de maior acesso de seus Estados-Membros às instâncias deliberativas e o fortalecimento de sua relação junto aos protagonistas internacionais não-governamentais é, sem dúvida, condição *sine qua non* para seu rejuvenescimento e fortalecimento.

Com o objetivo de dar conta desse desafio, será necessário enfrentar a enorme resistência dos países centrais, notadamente dos EUA. Esse país precisa, em nome do bem-estar mundial, conscientizar-se de que seu domínio, apesar de enorme, não é mais absoluto e unânime. Não há um “vencedor” da história, e muito menos esta acabou. O cenário internacional pós-queda do muro de Berlim e a derrocada da antiga URSS não consagrou a unipolaridade, mas sim a interdependência complexa entre Estados e entidades não-governamentais globalizadas.

Vivemos, portanto, em um planeta multifacetado. Várias questões não podem ser resolvidas isoladamente, como o aquecimento global, as crises econômicas, o terrorismo, a produção e uso de energia, a fome, os processos migratórios, entre outras. Para alcançar uma nova configuração realmente democrática e condizente com a realidade internacional atual, a ONU igualmente precisará do apoio dos países emergentes, principalmente dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e dos já referidos grandes atores internacionais não-governamentais. 

Hoje, os atores internacionais não são somente os Estados Nacionais, mas também entidades não-governamentais, com profunda atuação internacional, sejam lucrativas ou não

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress

Desenvolvimento social, geração de renda e preservação ambiental

Com atuação focada em dois dos mais importantes setores econômicos do país, Grupo AES Brasil investe fortemente em projetos socioambientais

Por Paula Craveiro

Presente no país desde 1997, o Grupo AES Brasil é composto por sete empresas que atuam nos setores de geração (AES Tietê e AES Uruguaiana), distribuição (AES Eletropaulo e AES Sul) e comercialização de energia elétrica (AES Infoenergy) e no setor de telecomunicações (AES Eletropaulo Telecom e AES Com Rio), e conta com um corpo funcional de 4.200 colaboradores.

São cerca de 7 milhões de clientes que contam com serviços prestados com segurança e qualidade e mais de 12 mil colaboradores próprios e contratados na força de trabalho.

Desenvolvimento social

Desde que chegou ao Brasil, a AES vem investindo em projetos socioambientais, e um dos principais programas promovidos com foco no desenvolvimento social é o Transformação de Consumidores em Clientes, que tem por objetivo melhorar as condições do fornecimento de energia às comunidades de baixa renda e disseminar orientações sobre o uso seguro e eficiente da eletricidade. “Por meio do programa, são realizadas reformas das instalações elétricas internas das residências, como substituição de interruptores e lâmpadas”, explica Luciana Alvarez, gerente de Comunicação Externa e Responsabilidade.

Implementado há cinco anos, somente na área de concessão da AES Eletropaulo o projeto atingiu a marca de 356 mil regularizações em 2009, beneficiando 1,4 milhão de pessoas em 903 comunidades.

Projetos socioambientais

Os projetos desenvolvidos pela AES Brasil possuem grande relevância para o desenvolvimento social do país, uma vez que trabalham a questão da cidadania por meio da arte, cultura, esporte e geração de renda, tendo como tema transversal o uso consciente e seguro da energia elétrica e o consumo responsável dos recursos naturais. “Ao todo, cerca de 160 mil pessoas são beneficiadas anualmente pelos projetos”, afirma Luciana.

Casa de Cultura e Cidadania

Voltado a comunidades de baixa renda, seu objetivo é transformar a realidade de crianças, jovens e adultos, oferecendo atividades ligadas à arte, cultura, cidadania, qualidade de vida e geração de renda. Dividido em duas frentes de atuação, o projeto tem como foco o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A primeira frente tem como público-alvo crianças e adolescentes e oferece atividades como artes circenses, visuais e digitais, teatro e ginástica artística. “A segunda é direcionada a jovens e adultos, que têm acesso a cursos profissionalizantes e de empreendedorismo e oficinas para geração de renda”, conta Luciana.

AES Eletropaulo na Comunidade

Composto por módulos itinerantes, o projeto visa conscientizar as comunidades de baixa renda para o consumo consciente e seguro de energia.

Nos dois caminhos adaptados, os participantes recebem dicas sobre hábitos de consumo e aprendem

sobre o caminho percorrido pela energia elétrica até as residências. Em 2009, os caminhões receberam a visita de 92 mil pessoas”, diz.

Já nas tendas, o público-alvo são crianças e adolescentes de escolas da rede pública. Entre as atrações, estão miniaturas de moinhos e de uma usina hidrelétrica que demonstram a história da energia elétrica e o impacto do aumento do consumo no meio ambiente.

Fornecedor Cidadão

Com o projeto Fornecedor Cidadão, o grupo alia diferentes compromissos de sua política de responsabilidade social por meio da formação de mulheres eletricistas. O programa prioriza a diversidade e a geração de renda, incluindo a mulher no mercado de trabalho.

Empreender com Energia

O projeto impulsiona o desenvolvimento do empreendedorismo, atuando como um passaporte para o mundo dos negócios.

Nesse projeto, grupos de empreendedores encontram assessoria completa para criarem e desenvolverem seus próprios negócios: formação (administração, legislação, desenvolvimento de produtos, precificação, tecnologias, processos produtivos, marketing); crédito (acesso a microcrédito); e canais de comercialização (parcerias com redes varejistas, comércio eletrônico, catálogos, apoio para participação em feiras e eventos).

Manejo da Flora

Sob cuidados da AES Tietê, em 2009 o programa reflorestou 1,1 mil hectares por meio do plantio de 2,6 milhões de mudas no entorno dos reservatórios de suas dez usinas. “A AES Tietê mantém um viveiro na Usina Hidrelétrica de Promissão onde são produzidas, anualmente, 1 milhão de mudas de 120 espécies silvestres de árvores da mata atlântica. O excedente é doado para prefeituras, ONGs e donos de propriedades próximas às usinas”, conta a gerente de comunicação da AES Brasil.

Repovoamento dos Reservatórios

A AES Tietê possui ainda o programa de repovoamento dos reservatórios. Em 2009, foram produzidos 2,5 milhões de alevinos nas duas unidades de piscicultura localizadas em Promissão e Barra Bonita (SP), sendo destinados aos dez reservatórios da AES Tietê. As unidades promovem a reprodução de sete espécies nativas do rio Tietê, observadas durante o período da piracema.



Projetos visam à conscientização em relação ao uso da energia

Comunicação com públicos-alvo


Os projetos são administrados pela Gerência de Responsabilidade Social da AES Brasil. “Cerca de 80% dos recursos são obtidos por meio de lei de incentivo fiscal e 20% de recursos próprios da AES Brasil”, esclarece Luciana, que completa: “quanto à prestação de contas, as principais são feitas nas reuniões de diretoria, nos Conselhos de Administração e Fiscal, no Relatório de Gestão das companhias e no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AES Brasil”, afirma.

Voluntariado interno

O Energia do Bem, programa de voluntariado interno da AES Brasil, visa engajar colaboradores próprios e contratados e familiares que desejam contribuir para a transformação de comunidades onde o Grupo está inserido.

Conquistas e perspectivas

Para o Grupo AES Brasil, a maior conquista foi a inauguração, em cerca de dois anos, de sete unidades da Casa de Cultura e Cidadania que hoje beneficiam 7 mil pessoas por ano em cidades do Estado de São Paulo.

A perspectiva é garantir a sustentabilidade dos projetos socioambientais, seja por meio de novos parceiros ou por atividades que garantam a autossustentabilidade dos projetos. “A meta é manter o número de beneficiados e o mesmo patamar de investimento”, diz. 

Voltado a comunidades de baixa renda, seu objetivo é transformar a realidade de crianças, jovens e adultos, oferecendo atividades ligadas à arte, cultura, cidadania, qualidade de vida e geração de renda

Quem são os principais agentes de transformação para o Rio de Janeiro?



A discussão nacional sobre a resolução das complexas questões presentes na estrutura social brasileira e o seu desenvolvimento em bases sustentáveis tem destacado, entre outras noções, as de corresponsabilidade e complementaridade entre as ações realizadas pelos diversos setores atuantes no campo social.

No caso da cidade do Rio de Janeiro e sua conquista para sediar as Olimpíadas de 2016, faz-se necessário que os agentes de transformação atuem de forma ativa, pois isso representa desenvolvimento para a cidade e para o país, com a transformação social, esportiva, urbana e econômica e, conseqüentemente, a geração de saldos positivos em todo o Brasil.

A pesquisa *Cidades e Mudanças Climáticas*, de autoria da *Market Analysis* em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), ouviu o público em geral para avaliar quem são os principais agentes de transformação nos quais os cariocas confiam e o que esperam de cada um.

Quando questionados sobre o nível de confiança (em uma escala de 0 a 100) em algumas das instituições do Rio de Janeiro, no sentido de atuarem em benefício da cidade e da maioria dos cariocas, a mídia e a imprensa local apareceram na primeira posição, com 55 pontos, seguidas pelas ONGs, com 54 pontos,

O governo é visto como o grande protagonista da sociedade em busca de soluções para os problemas socioambientais

empresas nacionais do Rio, com 52 pontos, e multinacionais do Rio, com 48 pontos. O governo estadual aparece na quinta posição, com 45 pontos e, na última, a prefeitura, com 44.

Os dados da pesquisa fortalecem a noção dos meios de comunicação como o quarto poder – o papel do jornalista como agente conciliador, gerador e modificador de contextos mediante seu potencial de transformação, que pode criar melhorias para a sociedade.

É fundamental analisar o grau de confiança dos cariocas em relação aos diferentes agentes sociais (governo, empresas, indivíduos e ONGs) e estabelecer a sua relação com alguns dos principais problemas socioambientais enfrentados atualmente, levando-se em consideração os quesitos credibilidade e responsabilidade para definir qual papel deve ser desempenhado por cada agente.

Quem deveria ser responsável pela resolução dos problemas que o Rio de Janeiro enfrenta? Quem tem credibilidade para resolvê-los?

O governo é visto como o grande protagonista da sociedade em busca de soluções para os problemas socioambientais. Apenas em relação às mudanças climáticas e ao lixo e sujeira nas ruas, os indivíduos são vistos como mais responsáveis. Mesmo nesses problemas, o

governo é o agente de maior credibilidade para encontrar a solução.

As empresas são protagonistas na resolução principalmente das questões associadas à energia e blecautes, além do abastecimento de água. Também possuem responsabilidade e elevada credibilidade na resolução das questões dos transportes, da poluição ambiental e das mudanças climáticas. Nas últimas décadas, sobretudo em 1990, assiste-se à proliferação de ações de empresas privadas para a resolução de problemas sociais e relativos à infraestrutura urbana das cidades, o que, até muito recentemente, era de responsabilidade da administração pública municipal.

As ONGs são consideradas autoridade na resolução das mudanças climáticas, da poluição ambiental, do aumento do poder das multinacionais e na melhoria da educação. Isso revela sua importância, já que, para os cariocas, as mudanças climáticas são um problema real e mais da metade da população está alarmada com a questão. A grande maioria acredita

que são necessárias medidas urgentes no combate ao aquecimento global. Apesar de não possuírem responsabilidade elevada, têm credibilidade para atuar na diminuição da violência.

Os cariocas pensam que os indivíduos são protagonistas na busca por soluções para as mudanças climáticas, poluição ambiental e questão do lixo. Há, assim, uma percepção de maior responsabilização individual a partir da ideia de que cada cidadão pode fazer mais quando se trata de temas ambientais.

A educação ambiental é fundamental na resolução desses problemas, pois incentiva os cidadãos a conhecerem e fazerem sua parte: evitar desperdício de água, luz e consumos desnecessários (reduzir, reusar e reciclar), fazer coleta seletiva, adquirir produtos de empresas preocupadas com o meio ambiente, cobrar para que autoridades competentes apliquem a lei, tratem o lixo e o esgoto de forma correta, protejam áreas naturais, façam um planejamento da utilização do solo, incentivem a reciclagem, entre outros.

Fonte

Estudo Cidades e Mudanças Climáticas, parceria entre a Market Analysis e o CEBDS. Amostra total de 299 entrevistas realizadas por telefone no período entre 26 de março e 15 de abril de 2010. Público geral: adultos de 18 a 69 anos, pertencentes às classes A, B e C, residentes no município do Rio de Janeiro, com algum nível de informação sobre os temas abordados no estudo. Amostra: 258 entrevistas. Público especializado: pessoas com altos cargos de gestão ou relações institucionais, jornalistas ou editores e acadêmicos que lidam diretamente com temas de sustentabilidade. Amostra: 41 entrevistas.

Link

www.marketanalysis.com.br

e-mail

info@marketanalysis.com.br

Telefone

(48) 3234-8573

Público geral

Colocação

Problemas	1ª		2ª		3ª		4ª	
Mudanças Climáticas	😊	★	★	😊	📄	📄	✌️	✌️
Engarrafamentos	★	★	😊	😊	📄	📄	✌️	✌️
Blecautes	★	★	📄	📄	😊	😊	✌️	✌️
Enchentes	★	★	😊	😊	📄	📄	✌️	✌️
Poluição ambiental	★	★	😊	😊	📄	📄	✌️	✌️
Violência	★	★	😊	😊	✌️	📄	📄	✌️
Lixo e sujeira	😊	★	★	😊	📄	📄	✌️	✌️
Transporte público	★	★	📄	📄	😊	😊	✌️	✌️
Saneamento básico	★	★	😊	😊	📄	📄	✌️	✌️
Abastecimento de água	★	★	📄	📄	😊	😊	✌️	✌️
Infraestrutura educacional	★	★	📄	📄	✌️	😊	😊	✌️

Empresas 📄

Indivíduos 😊

Governo ★

ONGs ✌️

Responsabilidade

Credibilidade

Pnud lança cursos sobre desenvolvimento

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) lançou um minicurso digital sobre desenvolvimento humano e indicadores sociais. O material é formado por seis apresentações (uma introdução, quatro aulas e um resumo) ministradas em áudio, gráficos e textos. As atividades estão disponíveis em inglês, espanhol e francês e duram em média quatro horas. Ao final de cada módulo, há uma série de exercícios para fixar o conteúdo apresentado. O Pnud também disponibilizou em seu site o *download* dos Relatórios de Desenvolvimento Humano como parte das comemorações pelos 20 anos do estudo.

 www.pnud.org.br/rdh

Guia de Projetos Sociais para empresas

A Rede Nossa São Paulo, o Ibope e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançaram um guia para investimentos sociais de empresas na cidade de São Paulo. O estudo aponta regiões onde líderes comunitários estejam dispostos a colaborar com iniciativas empresariais, principalmente para o desenvolvimento da infância e da juventude, além de áreas carentes de equipamentos públicos, como o Jardim Aricanduva, na zona leste de São Paulo; Anhanguera, na zona norte; Jaguaré, na zona oeste; e Nova Aliança, na zona sul. Segundo Oded Grajew, coordenador da Rede Nossa São Paulo, o guia pode ajudar as empresas a mudar a situação dos bairros mais carentes.

 www.forumempresariasp.org.br

Censo Gife 2009-2010

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) lançou, em novembro de 2010, o Censo Gife. O documento é realizado a cada dois anos e, atualmente, é o principal mapeamento dos investidores sociais privados no Brasil. A pesquisa foi feita com base em 102 associados do grupo. Nessa edição, além do panorama geral dos associados da Rede Gife, foram abordadas também questões sobre investimento em cultura. O estudo contou com patrocínio da Oi Futuro, Fundação Vale e Petrobrás, além da parceria técnica do Ibope Inteligência e do Instituto Paulo Montenegro. O censo está disponível para *download* gratuito no site do Gife.

 www.gife.org.br

Radar

Redes sociais: segregação e pobreza

No livro *Redes sociais: segregação e pobreza* (216 págs., R\$ 40), o autor Eduardo Marques não nega a importância das dimensões, mas investiga as causas da perpetuação da pobreza a partir das redes sociais – conceito que, segundo Marques, representa um conjunto de relações acumuladas no decorrer da vida. Fundamentada em uma densa pesquisa bibliográfica, a publicação teve como base os resultados de um estudo de caso produzido em favelas, cortiços e regiões periféricas da Grande São Paulo. A obra é a primeira de uma parceria entre a Editora Unesp e o Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

 www.editoraunesp.com.br



Artes Visuais na Educação Inclusiva

A obra *Artes visuais na educação inclusiva – Metodologias e práticas do Instituto Rodrigo Mendes* (144 págs., R\$ 58) contribui para que professores, gestores e educadores em geral encontrem formas de lidar com as diferenças humanas em sala de aula e em todos os outros espaços públicos que têm se deparado com a questão da inclusão. O livro traz as metodologias e práticas exercitadas pelo instituto nos ateliês do Programa Singular e nos cursos de formação de professores do Programa Plural. A autoria é de Rodrigo Hübner Mendes, em parceria com José Cavalheiro e Ana Maria Caira Gitahy.

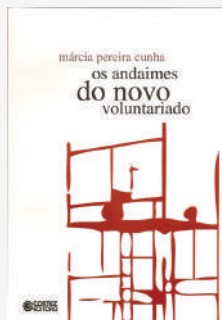
 www.institutorodrigomendes.org.br



Os andaimes do novo voluntariado


Os andaimes do novo voluntariado (192 págs., R\$ 32) apresenta dados sobre as organizações sociais e a participação do Estado na construção do novo discurso institucional. A obra analisa temas relacionados à proposição de diferentes formas de entender e enfrentar os problemas sociais, principalmente os que dizem respeito à solução das desigualdades e ao aumento da pobreza. A autoria da obra é de Márcia Pereira Cunha, mestre e doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). A leitura é obrigatória para todos os que buscam entender o trabalho voluntário no ambiente neoliberal.

 www.lojacortezeditora.com.br



Eu venci a cadeira de Rodas – as memórias de um guerreiro

O livro *Eu venci a cadeira de rodas – As memórias de um guerreiro* (162 págs., R\$ 15) narra a história de Edison Miranda, um funcionário público que sofre uma trombose e vê parte de seu corpo paralisar de um dia para o outro. A partir desse momento, começa uma nova fase em sua vida. Um período de recuperação e de muitos aprendizados. Lições que Edison, em parceria com a sua neta Gabriela Miranda, fez questão de relatar no decorrer da publicação. Segundo o autor, o objetivo do livro é alertar as pessoas sobre a importância do cuidado com a saúde. Parte do valor arrecadado com as vendas da obra será destinada à Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).

 www.abbr.org.br



IBGE divulga indicadores de sustentabilidade

De acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil manteve seu ritmo de crescimento econômico e evoluiu nos principais indicadores socioambientais. No entanto, as desigualdades socioeconômicas e os impactos ao meio ambiente ainda são recorrentes em todo o país. Para facilitar a avaliação, o estudo foi dividido em quatro grupos: dimensão ambiental (ar, terra, água, biodiversidade e saneamento); social (melhoria da qualidade de vida e justiça social); econômica (padrões de produção e consumo); e institucional (ações feitas pela sociedade e, principalmente, pelo governo).

 www.ibge.gov.br

Fórum Social de SP

Estão abertas as inscrições para as atividades de autogestão do Fórum Social de São Paulo. O objetivo da iniciativa é articular organizações e movimentos sociais para a produção de conteúdos relacionados a questões das cidades. A ideia é dar mais visibilidade aos projetos desenvolvidos pela sociedade civil, com o intuito de melhorar as condições e a qualidade de vida de todos. Podem participar associações, sindicatos e organizações não-governamentais. O cadastro segue até o dia 20 de maio de 2011, véspera do Fórum, no site do evento.

 www.forumsocialsp.org.br/inscreva-se

Fala Rua

Novidades sobre o Censo, explicação de programas de habitação e divulgação de eventos. O conteúdo que poderia ser pauta de grandes jornais é apurado, redigido e publicado por moradores de rua de oito Estados brasileiros. Eles são responsáveis por alimentar o site Fala Rua, postando conteúdo para divulgar projetos sociais e cobrar políticas públicas para essa população. Criado há dez meses, o site trabalha com três objetivos: reunir pesquisas e publicações sobre moradores em situação de rua, promover chats e fóruns de discussão on-line e publicar matérias produzidas por pessoas que vivem nas ruas ou que já passaram por essa condição.

 www.falarua.org

Biblioteca Virtual Universia Brasil

O Universia Brasil inaugurou o hotsite Universia Livros, uma biblioteca virtual que disponibiliza gratuitamente versões digitalizadas de obras literárias nacionais e internacionais. O download das publicações é realizado sem a necessidade de cadastro. Entre os autores disponíveis no acervo estão Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Raul Pompéia, Castro Alves e Ruy Barbosa. A iniciativa faz parte de um projeto de popularização da leitura promovida pela rede Universia. O objetivo é gerar novas oportunidades para a comunidade universitária e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento sustentável no país.

 <http://livros.universia.com.br>

Primeiro Censo Verde

A Made in Forest realizará o primeiro Censo Verde brasileiro. O projeto envolverá voluntários de todo o território nacional, com o objetivo de identificar e cadastrar todas as empresas, pontos de reciclagem, além de organizações e iniciativas em prol do meio ambiente e da sustentabilidade em andamento no país. Segundo Martin Mauro, sócio-fundador da entidade, "a ideia é formar e disponibilizar para a sociedade o mais completo banco de dados dessas iniciativas para elaboração de programas educacionais e atuações ambientais de acordo com cada município brasileiro".

 www.madeinfores.com.br

Câncer de Mama no Alvo da Moda

A campanha O Câncer de Mama no Alvo da Moda lançou seu novo site. Entre as novidades estão a Linha do Tempo e a TV Campanha. As ferramentas permitem, respectivamente, acompanhar a trajetória da iniciativa no Brasil e ainda ter acesso a comerciais, depoimentos e matérias antigas. O portal também ganhou um novo layout, além de uma seção de notícias, banco de imagens, produtos licenciados e um espaço para doações. O lançamento do portal aconteceu em comemoração aos 15 anos da campanha no país. Nesse período, já foram arrecadados mais de R\$ 57,5 milhões para o Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC).

 www.ocancerdemamanoalvodamoda.com.br

BigChain

O BigChain é uma ferramenta tecnológica que permite aos usuários interagir em uma rede social de cidadania. A iniciativa é mantida pela organização não-governamental BigChain.org e tem como objetivo a promoção da assistência social e cultural. No site, é possível identificar diversas atividades de engajamento relacionadas a crianças carentes, educação, meio ambiente, auxílio a idosos, entre outras. Por meio do *data mining*, o BigChain detecta ações com o perfil dos usuários e, ao longo do tempo, procura incentivá-los a interagir socialmente. Para que isso aconteça, é necessário navegar pelas histórias relatadas e assinalar o seu nível de identificação.

 www.bigchain.org

Janeiro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
27	Como montar um departamento de Mobilização de Recursos (versão 2011)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
28	Como potencializar a Mobilização de Recursos de sua entidade (nível avançado)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
31 de janeiro a 4 de fevereiro	Oficina prática: Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Fevereiro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
6 a 11	Fórum Social Mundial 2011	Dacar, Senegal	Fórum Social Mundial	www.forumsocialmundial.org.br
10	Recursos internacionais e oportunidades para projetos sociais brasileiros	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14	Captação de recursos por meio de incentivos fiscais federais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24	Direito do Trabalho e vínculo empregatício no Terceiro Setor	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
28 de fevereiro a 4 de março	Imersão em Captação e Mobilização de Recursos no Nordeste	Fortaleza/CE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Março

Dia	Evento	Local	Realização	Info
3	Monitoramento de Indicadores e Avaliação de Impacto de Projetos Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

Março (contin.)

Dia	Evento	Local	Realização	Info
10	Desenvolvimento comunitário e o impacto do trabalho com famílias	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14	Marketing Digital, Redes sociais e web 2.0: oportunidades e ameaças	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
20 a 22	Congresso da AFP 2011	Chicago/EUA	Association of Fundraising Professionals	www.conference.afpnet.org
23 e 24	Relatórios de Sustentabilidade GRI	São Paulo/SP	Aberje	www.aberje.com.br

Abril

Dia	Evento	Local	Realização	Info
14	Relacionamento com comunidades e mobilização social	São Paulo/SP	Aberje	www.aberje.com.br

Maio

Dia	Evento	Local	Realização	Info
5	Formação de Conselheiros Tutelares	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Controladoria e Planejamento para a administração financeira de projetos sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21 e 22	Fórum Social de São Paulo	São Paulo/SP	Grupo Facilitador do Fórum Social de São Paulo	http://forumsocialsp.org.br

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF
Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195



Instituto Feira Preta

A Feira Preta começou em 2002, na Praça Benedito Calixto, espaço tradicional de artes e artesanatos em São Paulo, no bairro de Pinheiros. Com duração de um dia, reuniu 40 empreendedores de artesanato, moda, bijouterias, entre outros. Em oito edições do evento, o público pôde acompanhar aproximadamente 400 artistas. No espaço de empreendedores, mais de 500 artesãos e microempresários já comercializaram seus produtos segmentados, gerando a circulação de aproximadamente R\$ 2 milhões de trabalho e renda dentro da comunidade negra. Para selecionar os empreendedores, durante o ano são percorridas diversas feiras de ruas, espaços alternativos de comércio e feiras de grandes pavilhões. Além desses espaços, são recebidas inscrições de empreendedores do interior de São Paulo, Baixada Santista, outros Estados brasileiros e trabalhos de Quilombolas do Vale do Ribeira. As ONGs também são grandes fontes de informação para captação desses expositores. Desde sua fundação até hoje, a Feira Preta já reuniu em torno de 100 mil pessoas e abrigou 400 microempreendimentos individuais diretos, gerando benefícios indiretos a um público de mais de 1.500 pessoas, contados os familiares dos microempreendedores apoiados. O aumento médio de renda e receitas gerado por esses microempreendimentos expositores no ano de 2009 foi de 10%, em média, chegando a 24% no caso dos expositores de alimentação e 12% nos que comercializaram roupas.

 www.feirapreta.com.br

ONG Fala Mulher


A Associação Fala Mulher é uma organização não-governamental sem fins lucrativos e regida pelos seus Estatuto Social e Regimento Interno. Nasceu em 2004 com o objetivo de promover ações que garantam a cidadania da mulher em situação de risco social, prostituição e violência doméstica e sexual, oferecendo-lhe acolhimento, assistência, atendimento e encaminhamento a serviços de orientação psicológica, jurídica e social, além de projetos que incentivam a geração de trabalho e renda. Esse processo resgata a autoestima, autonomia e cidadania (direitos e deveres) para a diminuição da violência contra a mulher e a (re) construção da sua dignidade e espaço na sociedade. As atividades da ONG e seus respectivos projetos (Casas Abrigo, Núcleos de Defesa e Convivência da Mulher e geração de trabalho e renda) concentram-se, atualmente, na cidade de São Paulo.

 www.falamulher.org.br



ONG O Nosso Papel

A ONG O Nosso Papel é uma organização não-governamental que busca, por meio de seus projetos sociais desenvolvidos em ações práticas, possibilitar o desenvolvimento pessoal de cada cidadão envolvido, de modo que possa repassar a outros segmentos atingidos pelo alheamento de nossa sociedade diante de seus problemas. O papel da entidade é o de colaborar para um mundo melhor, oferecendo instrumentos que possibilitem a criação, o resgate e a transformação de valores culturais, sociais e ambientais, sempre com o objetivo de colaborar para um mundo mais solidário, digno e consequente. Por meio de seus projetos, a entidade atua nas áreas cultural, social, ambiental, educacional e de saúde. Seu público-alvo principal são crianças e jovens de comunidades carentes.

 www.nossopapel.org.br



Ponto Solidário

Fundado em 2002, o Ponto Solidário é um local para a divulgação e venda da produção artística e artesanal de diversas ONGs do Brasil, cooperativas, comunidades regionais, povos indígenas, artistas e outras instituições afins. É uma associação sem fins lucrativos que trabalha com o conceito de comércio justo, economia solidária e sustentabilidade. O Ponto Solidário é um projeto do Espaço Cultural Yazigi que visa à valorização do artesanato brasileiro e à inclusão social. Faz parte da política sociocultural do Instituto de Idiomas Yazigi, que promove ações de cidadania, como o projeto Cidadão do Mundo e Consumo Consciente; e ações culturais, promovendo o acervo, exposições de arte e eventos afins. Sua missão é gerar trabalho e renda por meio de divulgação e comercialização da produção artística e artesanal, atendendo aos critérios do comércio justo e solidário e promovendo a identidade cultural.

 www.pontosolidario.org.br





A esfinge e a paixão



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Para impressionar o leitor de bate-pronto, ampliando as chances de ter a sua companhia até o final do texto, recomendam os especialistas a inserção de uma afirmação categórica seguida de uma citação potente (obviamente, de um personagem respeitado). Sendo assim: a vida atual demonstra a cada dia que paixão e saúde são forças indissociáveis; já dizia Hipócrates, o “pai da medicina”, que “o homem que se afasta do seu destino adoecer”.

Uma observação dos relatórios de remédios mais vendidos no Brasil confirma: muita gente opta por caminhar pela vida de forma anestesiada, apática. Nos citados documentos, o tranquilizante mais vendido em 1998 ocupou a sexta posição da lista; em 2008, um representante dessa categoria saltou para a segunda colocação, ultrapassando até mesmo comprimidos para dor de cabeça e pomadas para assaduras. Muita gente buscando alívio fabricado em laboratório. Voltando ao universo hipocrático, apatia significa “ausência de paixão”, e anestesia, “ausência de sentimento”.

Nova citação contundente: Hegel (filósofo alemão do século 18) diz que “nada de grandioso no mundo foi realizado sem paixão”; razoável imaginar que o excessivo consumo dos medicamentos citados leva o indivíduo a um “efeito Tostines”: “será que o consumo de tranquilizantes não me faz perceber a vida como algo grandioso ou por não perceber a grandiosidade da vida uso tranquilizantes?”. O fato é que a ausência de paixão na vida alimenta um círculo vicioso que diminui a potência humana criativa, afastando o indivíduo do seu destino a cumprir, adoecendo-o.

O início da adolescência de um jovem no momento esplendoroso da Grécia Antiga era marcado por um ritual: nus, enrolados por uma guirlanda à estátua de Eros, declaravam nada fazer ou dizer ao longo de suas vidas que não fosse em nome da paixão. Essa cerimônia acontecia durante a Paideia, processo de educação grega que tinha como objetivo transformar o ser humano em uma obra de arte, ética e criadora, pela revelação e aprimoramento contínuos dos seus talentos. Um tempo depois, para se tornar cidadão, o indivíduo fazia um discurso em praça pública respondendo quem era, de onde viera e para onde iria (enigma da Esfinge), e também como os seus talentos serviriam à coletividade. Tudo pela excelência pessoal, chamada por eles de “*areté*”, uma demonstração de respeito à vida, pela busca do melhor que se pode ser a partir do que se é.

Na Antiguidade ou nos tempos atuais, a necessidade da resposta ao enigma da Esfinge lateja forte. É o papel dele. Afinal, “*esfinge*” vem de *esfux*, sufocar, angustiar. Quem não se dedica à resolução do enigma sente um aperto contínuo e crescente. Muitos buscam ludibriar a figura mitológica, seduzindo-a com distrações químicas. Soa como procrastinação. O mergulho no mistério individual, em busca dos talentos e do destino a cumprir, mesmo com todas as intempéries do caminho, ainda se apresenta como o mais verdadeiro combustível para a paixão e a realização do ser. Quem se afasta do seu destino adoecer, pois outro destino qualquer acaba arrastando-o pela vida.

Como último apelo em busca da aprovação do leitor, que venha Nietzsche (filósofo alemão do século 19): “quem tem pelo que viver aguenta qualquer como”. Os apaixonados sabem muito bem disso.



Acreditamos no aprimoramento das Entidades como fator de desenvolvimento do Terceiro Setor.

Com sólida atuação em 23 estados do Brasil, levamos informação e atualização aos nossos parceiros-clientes e demais entidades, ministrando cursos e palestras sobre as mais recentes transformações na legislação do Terceiro Setor, agregando valor ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

- ▶ Auditoria Independente para Entidades do Terceiro Setor Atuantes nas Áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente;
- ▶ Auditoria de Recursos Específicos (termos de parceria, contratos de gestão entre outros);
- ▶ Consultoria Contábil e Filantrópica para as Entidades do Terceiro Setor.



www.audisaauditores.com.br

MATRIZ - São Paulo/SP
Fone: (11) 3825.9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Fone/Fax: (21) 2586-6376
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3062.8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Fone/Fax: (81) 3463.1862
recife@audisaauditores.com.br

São Paulo-SP
20 de janeiro

Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

Ricardo Falcão

27 de janeiro

Como montar um Departamento de Mobilização de Recursos (versão 2011)

Marcelo Estraviz

28 de janeiro

Como potencializar a Mobilização de Recursos de sua entidade (nível avançado)

Marcelo Estraviz

31 de janeiro a
04 de fevereiro

Oficina prática em Siconv: Sistema de gestão de convênios e repasse de recursos do Governo Federal

Rosana Pereira, Fernanda Lyra

14 a 18 de fevereiro

Oficina: Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

Ricardo Falcão

24 de fevereiro

Direito do Trabalho e vínculo empregatício no Terceiro Setor

Rogério Martir

Rio de Janeiro-RJ
14 de fevereiro

Captação de recursos por meio de incentivos fiscais federais

Danilo Brandani Tiisel, Michel Freller

Treinamentos em Gestão Social



diálogo
social

Inscrições e informações
www.dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643
dialogo@dialogosocial.com.br

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social